

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Programa de Pós-graduação em Memória Social – PPGMS

JAQUELINE BENTO MACHADO

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM UMA COLÔNIA DE
PESCADORES ARTESANAIS NA LAGOA RODRIGO DE FREITAS**

Rio de Janeiro

2017

JAQUELINE BENTO MACHADO

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM UMA COLÔNIA DE
PESCADORES ARTESANAIS NA LAGOA RODRIGO DE FREITAS**

Texto de dissertação apresentado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Profa Dra Andréa Lopes da Costa Vieira

Rio de Janeiro

2017

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

M149 Machado, Jaqueline Bento
Memória e identidade: tradição e modernidade em
uma colônia de pescadores artesanais na Lagoa
Rodrigo de Freitas / Jaqueline Bento Machado. --
Rio de Janeiro, 2017.
86

Orientadora: Andréa Lopes da Costa Vieira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2017.

1. Pescadores. 2. Artesanais. 3. Lagoa Rodrigo
de Freitas. 4. Memória. 5. Identidade. I. Vieira,
Andréa Lopes da Costa , orient. II. Título.

JAQUELINE BENTO MACHADO

**MEMÓRIA E IDENTIDADE: TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM UMA COLÔNIA DE
PESCADORES ARTESANAIS NA LAGOA RODRIGO DE FREITAS**

Texto de dissertação apresentado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Aprovada em: 17/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Andréa Lopes da Costa Vieira – Orientadora – UNIRIO

Prof. João Paulo Macedo e Castro - UNIRIO

Prof^a. Patrícia Farias – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Morei em São Paulo por 10 anos e assim que retornei ao Rio de Janeiro, durante um trabalho, conheci Aloysio Legey e foi ele quem me orientou a voltar a estudar. Terminei minha faculdade e hoje realizo o sonho do Mestrado. Foram suas palavras que me fizeram acreditar que a qualificação acadêmica é possível e que o conhecimento tem valor inestimável.

Andréa Lopes foi colocada nesse caminho e agradeço imensamente por ter acreditado em meu potencial e por ter me ajudado durante todos esses anos. Foi além ao lapidar não só a aluna, mas também a pessoa, em quem percebeu, com sua sensibilidade, uma ansiedade que era preciso controlar para se alcançar os objetivos.

Agradeço também ao meu mestre-guru Sérgio Sanderson, que me ensinou tudo o que precisei na profissão de fotógrafa e me abriu os olhos, dizendo que era sempre possível voar mais alto e ir mais longe. Para cima e avante!

Agradeço a minha mãe (quase nem preciso dizer), que foi, é e sempre será minha maior força. Sem ela, realmente não teria conseguido.

Por fim, aos meus filhos, um agradecimento especial! Plateia presente em meu trabalho solitário de pesquisadora. Parceiros constantes nessa jornada da vida!

Posso e vou fazer muito mais!

Resumo

O objeto de estudo desta pesquisa é a Colônia de Pescadores Z13 – Núcleo Lagoa Rodrigo de Freitas, que existe oficialmente há 90 anos, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, em um de seus pontos turísticos mais visitados. O que consideramos crucial entender nesta pesquisa é até que ponto, nessa lagoa urbana, é possível manter práticas que reafirmem a identidade desses pescadores artesanais. Pretende-se compreender a condição de existência desse grupo mediante as transformações cidadinas que traduzem processos urbanos de mudanças. Como se articulam memória e identidade, em seu incessante processo de construção, nas evoluções sociais e culturais do grupo, inseridos num ambiente citadino? Para isso, apresentaremos um panorama com questões relacionadas ao *espaço* e faremos uma diferenciação entre estas e as ideias relativas ao *lugar*, tomando como ponto fundamental a produção de significados que podem ser atribuídos aos espaços. Ao final, analisaremos a forma como os pescadores dessa colônia atribuíram significados a um recanto específico do espaço da lagoa, transformando-o em um lugar carregado de sentido, onde eles vêm construindo suas memórias e identidades.

Abstract

The object of this research is the Z13 Fishing Colony – Lagoa Rodrigo de Freitas Unit, officially established 90 years ago, located in the South part of Rio de Janeiro City, in one of its most visited tourist areas. A fundamental question in this study is to understand to what extent it is possible to keep practices that reaffirm the identity of these handicraft fisherman. We intend to comprehend the condition of existence of this group in face of city transformations that translate the process of urban changes. How are memory and identity articulated in a constant construction process, within the social and cultural evolutions of the group in a urban environment? To answer this, we will present an overview of questions related to the space and will make a differentiation between these and the ideas related with the *place*, considering as a fundamental point the production of meanings that may be attributed to spaces. Finally, we will analyse the way these fishermen have attributed meanings to this specific corner by the lake, making it into a place of multiple significations, where they have been building their memories and identities.

ÍNDICE DE FIGURA

| | |
|-------------------------------------|----|
| Fig. 1: Mapa do Barão de Tefé | 22 |
|-------------------------------------|----|

ÍNDICE DAS FOTOS

| | |
|--|----|
| Foto 1: Pedro Marins | 35 |
| Foto 2: José da Luz de Andrade | 35 |
| Foto 3: Paulo Marins | 36 |
| Foto 4: Kátia Janine | 36 |
| Foto 5: Walter Marins | 37 |
| Foto 6: Orlando Marins | 37 |
| Foto 7: João Rodrigues | 38 |
| Foto 8: Carivaldo Jacinto de Moura | 38 |

ÍNDICE DOS ANEXOS

| | |
|--|----|
| Anexo 1: Lagoa Rodrigo de Freitas | 82 |
| Anexo 2: Palafitas década de 80 | 82 |
| Anexo 3: Flutuantes afundando | 82 |
| Anexo 4: Primeiras instalações permanentes..... | 83 |
| Anexo 5: Instalações reformadas em 2016..... | 83 |
| Anexo 6: Pedro Marins e padre Alfredo Sampaio..... | 83 |
| Anexo 7: Heitor Wegmann | 84 |
| Anexo 8: Tamar Bajgielman | 84 |
| Anexo 9: Material de pesca para ser benzido | 84 |
| Anexo 10: Paulo Marins com caranguejo..... | 85 |
| Anexo 11: São Pedro doado pelo padre | 85 |
| Anexo 12: Marco da inauguração da reforma em 2016..... | 85 |
| Anexo 13: Reprodução do livro de registro dos primeiros Marins 1924..... | 86 |
| Anexo 14: Reprodução do livro de registro dos primeiros Marins 1931..... | 86 |
| Anexo 15: Reprodução do livro de registro dos primeiros Marins 1921..... | 86 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 11 |
| Capítulo 1. A Lagoa Rodrigo de Freitas e a Z13 – Núcleo Lagoa | 20 |
| 1.1 Núcleo Lagoa, configuração após reforma | 27 |
| Capítulo 2. O espaço e as possíveis significações | 39 |
| Capítulo 3. Articulando memória e identidade | 57 |
| Considerações finais | 76 |
| Referências bibliográficas | 79 |
| Anexos | 82 |

Introdução

O objeto de estudo desta pesquisa é a Colônia de Pescadores Z13, Núcleo Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro, que existe oficialmente há 90 anos. As Zonas de pesca no Estado do Rio de Janeiro estão assim divididas:

Z01 Gargau – São Francisco de Itabapoana

Z02 Atafona – São João da Barra

Z03 Macaé

Z04 São Bento – Cabo Frio

Z05 Praia dos Anjos – Arraial do Cabo

Z06 Praia da Pitória – São Pedro da Aldeia

Z07 Itaipu – Niteroi

Z08 São Gonçalo

Z09 Praia de Olaria – Magé

Z10 Praia de Jequiá – Ilha do Governador

Z11 Ramos

Z12 Caju

Z13 Posto 06 – Copacabana

Z14 Pedra de Guaratiba

Z15 Sepetiba

Z16 Itacuruça – Mangaratiba

Z17 Angra dos Reis

Z18 Praia do Pontal – Paraty

Z19 Farol de São Tomé – Campos dos Goytacazes

Z20 Boa Fortuna – Itaperuna

Z21 São Fidelis

Z22 Beira do Rio – Rio das Ostras

Z23 Armação dos Búzios

Z24 Saquarema

Z25 Itatiaia

Z26 Italva

Z27 Quissamã

Z28 Pontinha do Outeiro - Araruama

Z29 Iguaba Grande

A Z13 está subdivida em: Copacabana, Quadrado da Urca, Lagoa Rodrigo de Freitas, Pontal do Tim Maia, Muzema, Camorim e Quebramar. O Núcleo Lagoa, hoje com 24 pescadores artesanais, é um entre as 29 zonas em áreas de atuação entre a Urca, na Zona Sul, e o Pontal Tim Maia, no Recreio dos Bandeirantes, a Lagoa da Barra e Lagoa Rodrigo de Freitas. Os questionamentos desta pesquisa partiram de uma experiência que começou em 2009 com a produção de uma matéria jornalística para o Jornal do Brasil sobre o Núcleo Lagoa e, posteriormente em 2010, com a realização de um documentário chamado *Como pode um peixe vivo*, como trabalho de conclusão de uma disciplina nas Faculdades Integradas Hélio Alonso. Nessas primeiras observações, ficou marcada uma das principais características do objeto a ser estudado, que é o fato de o núcleo apresentar a peculiaridade de ser um grupo de perfil tradicional em um ambiente urbano e metropolitano, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro, em área privilegiada da cidade. Nossa perspectiva está amarrada a aspectos espaciais que nos suscitaram algumas indagações e nosso principal objetivo é compreender como, dentro desse território singular, se mantém a identidade de pescador. Nesse sentido, pretendemos também entender a produção e a reprodução de memória dessa colônia urbana, dentro de uma cidade cosmopolita. Que significado a colônia tem para o campo social no qual está inserida? Qual é o simbolismo dessa colônia de pescadores artesanais para a cidade do Rio de Janeiro? Como pensar esse grupo em sua dimensão utilitária e seu potencial para o mercado turístico? Nesse sentido, consideramos que o passado que se rememora e se esquece é ativado no presente em função de expectativas futuras, como nos faz refletir Elizabeth Jelin (2001). A proposta é pensar os projetos sociais de construção de memória não como uma construção passiva e, sim, como escolhas, sendo essa uma estratégia para manter práticas e reafirmar identidades.

Durante esse processo, surgiu a interrogação que consideramos crucial nesta pesquisa: até que ponto, nessa lagoa urbana, é possível manter práticas que reafirmem a identidade desses pescadores artesanais? Pretende-se entender a condição de existência desse grupo mediante as transformações citadinas que traduzem processos urbanos de mudanças. Procuraremos compreender como se articulam memória e identidade, em seu incessante processo de construção, nas evoluções sociais e culturais do grupo, inseridos em um ambiente citadino. Para isso, apresentaremos um panorama de questões relacionadas ao *espaço* e faremos

uma diferenciação entre estas e as ideias relativas ao *lugar*. Do nosso ponto de vista, a cidade grande fomenta comportamentos e formas de pensar diferentes do que se vê em pequenos povoados e esses dois ambientes produzem relações sociais distintas. Nosso contexto socioespacial é urbano e metropolitano, dá-se em uma metrópole que já foi a capital do país e tem características geográficas e sociais próprias, como veremos no decorrer dos capítulos.

O recorte desta pesquisa está inserido nesse ambiente urbano e metropolitano da cidade do Rio de Janeiro, que ganhou maior notoriedade com eventos mundiais como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, embora desde os jogos Pan-Americanos, em 2007, a cidade venha sofrendo transformações. Adotou-se, por parte do poder público juntamente com iniciativas privadas, o princípio da revitalização de centros históricos e pontos turísticos e a cidade está marcada por processos acelerados de mudanças. A região em que está inserido o objeto de pesquisa é uma lagoa costeira urbana, de forma poligonal irregular, localizada na Zona Sul da cidade. Tem três quilômetros de diâmetro e sua maior largura é de 7,5km de perímetro (Oliveira 1976).

A discussão relativa à Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade do Rio de Janeiro, ganhou visibilidade e os governos estadual e municipal executam constantes projetos para sua recuperação ambiental, em busca de soluções para sua degradação. Discute-se a participação da iniciativa privada nestas intervenções, mas a participação dos pescadores tem sido constante, pois eles conhecem profundamente o espaço e tudo que envolve esse ecossistema. Uma das ações que já dura 15 anos é o controle diário da qualidade da água, a partir de coletas realizadas pelo pescador Orlando Marins, hoje funcionário terceirizado da Rio Águas. Sua função consiste em coletar água para testes e acompanhar pesquisadores e biólogos nos assuntos referentes à Lagoa Rodrigo de Freitas. Outro trabalho que é realizado desde 1998 pelo Núcleo Lagoa é o controle do pescado, juntamente com o professor José Vanderli Andreatta.

Uma das medidas que afeta o ofício da pesca na Lagoa Rodrigo de Freitas é o fechamento do canal do Jardim de Alah, que impossibilita a desova e a renovação dos peixes da lagoa. Novas ações, consideradas positivas pelos pescadores, como a revisão do sistema de esgotamento sanitário, a investigação e a eliminação de ligações clandestinas de esgoto e o controle da superpopulação do peixe savelha –

um dos responsáveis pelas mortandades de peixes nesse ambiente, marcam uma fase de transformações pela qual passa a colônia Z13 Núcleo Lagoa Rodrigo de Freitas, há alguns anos.

Podemos observar uma confluência de eventos, com naturezas distintas, nos quais a participação dos pescadores se mostrou importante. Foram transformações na rotina diária desse grupo, onde o conhecimento que eles detêm acerca da fauna única desta lagoa urbana foi aproveitado e trouxe para o Núcleo Lagoa uma dimensão utilitária para além da pesca. Antes dos Jogos Pan-Americanos, eles participaram da dragagem da lagoa, na preparação para o evento. Durante os jogos, deram apoio náutico aos participantes. Houve ainda a queima de fogos no aniversário da França e o apoio náutico viabilizou a montagem e a desmontagem da estrutura utilizada. Durante 20 anos, a Bradesco Seguros patrocinou a árvore de Natal da Lagoa e esse acontecimento se tornou um dos símbolos das festas de fim de ano para a população do Rio de Janeiro. O Núcleo Lagoa participou desde o início da montagem dessa megaestrutura natalina flutuante, dando suporte ao grupo de trabalho de montagem, sediado bem ao lado da Colônia. Fizeram ainda o apoio náutico para a equipe de manutenção e segurança da árvore, que ficava 24 horas na base da estrutura e precisava de suprimentos, água e transporte. Mais recentemente, tivemos o auxílio da colônia em um evento religioso em homenagem a São Pedro. Além da participação nos eventos acima, os pescadores também colaboraram em parceria com a Siemens do Brasil, como agentes recolhedores de garrafas *pet*, nas horas vagas, visando proteger e acompanhar de perto esse meio ambiente. No ano de 2017, percebemos a iniciativa, ainda não concretizada em contrato, de pesca da savelha para controle da população desse pescado evitando, assim, nova mortandade de peixe.

É importante entendermos estas transformações vivenciadas por eles no campo das relações sociais, pois, apesar de a pesca ser a atividade principal dessa colônia, devido à condição de lagoa urbana com fauna única, esses pescadores precisaram, para sua sobrevivência, se adequar às necessidades que a própria cidade lhes impõe. Dessa forma, a produção e a reprodução das memórias do Núcleo foram afetadas e essa Colônia sofre um processo de resignificação que teve início em 2007, com a preparação e a realização dos Jogos Pan-Americanos, com a realização dos jogos da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, em 2014 e

2016 respectivamente, a reforma das estruturas do Núcleo Lagoa e a morte do presidente da Colônia Z13, Pedro Marins, importante articulador político que atuou por dez anos no local, quatro anos como capataz do Núcleo e seis anos como presidente da Colônia Z13.

Como vimos, esse trabalho pretende compreender como ocorre a manutenção de um grupo social tradicional numa lagoa urbana. Há 90 anos, esse grupo se mantém ativo fazendo parte da identidade desse espaço e da cidade do Rio de Janeiro. Para eles, é importante reconstruir o curso do tempo e recuperar os traços deixados, tomar conhecimento de si, considerando um conjunto de acontecimentos do presente e do passado para continuar existindo.

No momento em que nos interessamos particularmente pelas memórias e identidades desse grupo, pretendemos refletir a respeito do encadeamento socioespacial na tentativa de compreender os mecanismos de exclusão e inclusão e as relações de convívio e urbanidade entre os grupos e as classes sociais nos processos de produção do espaço e nas possíveis relações de poder que venham a surgir.

Nesse sentido, este trabalho é escrito a partir de uma posição simpática à afirmação de Giddens sobre a “globalização”, seu ritmo e o alcance das mudanças nas sociedades modernas: “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1990, p. 6). Nas relações sociais dos contextos locais de interações também ocorrem reestruturações. Nesse sentido, o que acontece nas relações sociais locais está propenso a ser influenciado por questões que chegam de outras localidades. Esse movimento pode ser, em alguns casos, uma forma de mutilação de alguns grupos comunitários tradicionais, como os pescadores artesanais da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma vez que eles frequentemente têm uma forma de vida muito distinta daquela que o ambiente citadino impõe. Por outro lado, o fortalecimento das identidades, essencialmente marcadas pelas diferenças, pode levar à resistência e à continuidade desses grupos peculiares a certos espaços. Veremos, posteriormente, que o receio da retirada do núcleo de pescadores desse local é constante e está presente nos discursos e narrativas orais desses indivíduos. Para melhor compreendermos os que compõem esse grupo, é importante mencionar que pescadores artesanais são aqueles que

praticam a pesca nos moldes da pequena produção mercantil com reduzida capacidade produtiva, tecnologias de baixo poder predatório e de forma autônoma, com força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança (Cardoso, 2011).

Na contramão das tentativas de extinção de grupos minoritários com práticas tradicionais em ambientes urbanos, surgem ações que tem como objetivo a não aniquilação cultural desses grupos, com esforços voltados para compreensão de identidade e estruturas dessas comunidades, a fim de preservá-las. Compreender o que há de mais imponderável e evasivo na vida real e obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos é uma forma de articular sua sobrevivência. Isso nos permite refletir sobre as condições de produção de memória e nos leva a perguntar se nela há ou não algum mecanismo de dominação, alguma instituição encarregada de construir memória (Pollak, 1989). Ao refletir sobre isso, é possível observar também quais são os pontos de contato do grupo no campo social. Até onde o simbólico tem o poder de mudar a realidade, funcionando como um mecanismo de aceitação para a preservação de sua memória? Como esses sujeitos produzem (ou não) socialmente o esquecimento e a lembrança? Zygmunt Bauman aponta que:

O mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível... Meios de vida, posição social, reconhecimento da utilidade e merecimento da autoestima podem todos desvanecer-se simultaneamente da noite para o dia e sem se perceber. (Bauman, 1998, p. 32 e 34)

Reafirmando sua identidade, o grupo de pescadores ao qual este projeto se refere poderá manter suas práticas e incorporar novos elementos culturais adaptando-se ao novo cenário que se apresenta? Como se dá a reprodução de seu modo de vida no cenário citadino?

Podemos pensar que as pessoas, quando interagem socialmente, trazem experiências e vivências acionadas de maneira autônoma pelos indivíduos e assim constroem a identidade ao reconstruir a experiência passada, atualizando impressões e informações passadas – inclusive aquelas que o grupo considera como passada, buscando através da memória evitar o desaparecimento do grupo social tradicional. Reconstruir a memória social do grupo é parte de uma estratégia para sua sobrevivência. Os símbolos de identidade, que são referências construídas ao longo do tempo, marcam as diferenças e adquirem sentido (Giro, 1996). É possível pensar a identidade também por intermédio da estética das pessoas, de

suas moradias, festas e reuniões. Nesse sentido, o registro visual pode proporcionar a documentação de momentos e situações que ilustram o cotidiano vivenciado.

Na memória de um grupo, se destacam as lembranças de eventos, experiências, saberes, crenças, padrões de comportamento, sentimentos e emoções que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com outros grupos mais próximos, com quem tiverem contato mais ou menos intenso. A memória coletiva de um grupo resiste e permanece quando tem como base o conjunto de pessoas; são indivíduos que lembram enquanto integrantes do grupo. A memória individual não é possível sem palavras e ideias que a mesma toma emprestado de seu ambiente. Compreender o mecanismo de produção de memória como uma construção de escolhas, e não como uma construção passiva, e procurar produzir discursos valorizadores que insira o grupo legitimando-o é uma ação para sua preservação e aqui buscamos observar os pescadores do Núcleo Lagoa norteados também por esse pensamento.

Em suas reflexões sobre os fenômenos da memória, Jacques Le Goff fala que as memórias “apenas existem na medida em que a organização as mantém ou as reconstitui” (2003, p. 421). Com essa ideia, o projeto pretende contribuir produzindo uma leitura sobre essa colônia urbana que implica (1) inteirar-se sobre as últimas mudanças nesse espaço físico e como elas são legitimadas junto ao espaço social de um dos bairros mais valorizados da Zona Sul do Rio de Janeiro; (2) realizar um levantamento sistemático de discussão sobre esse campo de estudo, preenchendo uma lacuna no campo de debates sobre memória e identidade dessa comunidade da Lagoa. Nesse sentido, a metodologia que utilizaremos será a análise de documentos e da fala contida nas entrevistas realizadas com cinco dos pescadores mais ativos do Núcleo, sendo a observação a grande ferramenta para nossa pesquisa. As entrevistas semiestruturadas também farão parte de nossa metodologia, pois entendemos que pontos considerados importantes, como tradição e modernidade, precisam ser abordados.

É percebendo as condições de vida e trabalho desse grupo que se pretende fazer uma análise das condições de produção de memória e identidade acerca do que é ser pescador na Lagoa Rodrigo de Freitas. O que ainda perdura de tradição, de memória, na atividade pesqueira nessa lagoa urbana? Maurice Halbwachs nos faz refletir, quando ele diz que:

o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas, em tais ambientes... um passado conservado. (2006, p. 87)

Observaremos que mecanismos esse grupo social tem desenvolvido para se manter, como a tradição – um patrimônio para consolidar o grupo – é aproveitada, e como a identidade através do tempo é mantida. Ao mesmo tempo que há uma tendência à padronização pelo fenômeno da mundialização (Pierre Nora, 1993), há o medo contemporâneo do esquecimento, que ameaça a identidade. Nesse sentido, o princípio e o segredo da identidade, como observado por Pierre Nora, é lembrar e reencontrar o pertencimento. Assim, temos a ideia de identidade como o princípio da memória e vemos que a produção de memória está ligada a uma intencionalidade construída de forma seletiva, pois a memória é tudo aquilo que escolho para representar minha identidade. Essas reflexões nos acompanharão ao longo de toda pesquisa e voltaremos a essa questão em outras oportunidades.

Compreender e interpretar essas questões deve ser fundamental para entendermos o campo da memória social quando pensamos sobre relações tradicionais e metrópoles. Isso nos leva a indagar de que maneira coexistem as relações tradicionais e a modernidade, sem deixar de considerar ainda a contribuição para a resistência da colônia de pescadores nesse território e a viabilização de formas de articulações e negociações com caráter diferencial para reafirmar sua dimensão utilitária e o não alijamento pelo poder político.

Para produção desta pesquisa, além da permanente investigação bibliográfica, acreditamos que os discursos são essenciais para compreendermos a forma como esses pescadores se percebem e interagem com o ambiente citadino; acreditamos que os documentos guardam um significado e é também através da análise desses documentos e registros que se pretende compreender as ações políticas que esse grupo vem utilizando como estratégia de legitimação de sua existência. A coleta desses dados documentais será feita na presidência da Z13, localizada em Copacabana. A entidade mantém planilha anual dos principais peixes capturados na Lagoa Rodrigo de Freitas, com rede de espera e tarrafa, toda a documentação trabalhista dos pescadores, documentos referentes à fiscalização da parte náutica por parte da Marinha do Brasil e contratos de ações em parceria com a iniciativa privada e os governos estadual e municipal.

No primeiro capítulo falaremos brevemente sobre a história da região da Lagoa Rodrigo de Freitas, que foi cenário de algumas transformações na cidade, e da Z13 - Núcleo Lagoa. Dessa forma, acreditamos que facilitaremos a compreensão de nosso objeto de pesquisa propriamente dito.

No capítulo dois, discutimos questões relacionadas à diferenciação entre espaço e lugar, e algumas perspectivas de relações sociais que figuram em determinados espaços. Nesse sentido, tentaremos compreender como a memória surge como instrumento e forma de luta pelo espaço.

No terceiro capítulo, pretendemos apresentar análises de conteúdo de algumas falas dos pescadores, com especial atenção à forma como esse grupo está conseguindo compreender-se no momento da morte do presidente da Colônia Z13 em 2016, Pedro Marins, importante intermediador e articulador político, figura essencial na contínua construção e manutenção da identidade do pescador desse grupo tradicional por aproximadamente 10 anos.

Capítulo 1

A Lagoa Rodrigo de Freitas e a Z13 - Núcleo Lagoa

Analisaremos alguns aspectos da cidade do Rio de Janeiro que, como toda grande cidade, sempre é marcada por transformações no espaço. Trataremos, neste capítulo, da Lagoa Rodrigo de Freitas, localizada na Zona Sul da cidade, hoje considerada um ponto turístico importante e um espaço social notado por diferenças econômicas e culturais, marcado por lutas pela dominação nesse contexto. Ali é possível observar a disputa entre grupos sociais ao longo do percurso histórico da região, com constantes tentativas de exclusão daqueles que podem ameaçar a construção de um espaço homogêneo, dessa forma, gerando possíveis segregações sociais.

Para compreendermos melhor o grupo de que trata nossa pesquisa, consideramos fundamental entender melhor o espaço Lagoa Rodrigo de Freitas e as questões relacionadas a sua ocupação, que reportam, na memória social, às próprias origens do bairro e de sua gente. Inicialmente conhecida como Sacopenapã, denominação indígena que significa “batida dos socós” (BARATA, 2015, p. 57), ave que habita a região, a lagoa integrava as terras do Engenho Del Rey. Estudos que abordam a contextualização histórica da região apontam que, após algumas transações, esse engenho foi herdado pelo Capitão Rodrigo de Freitas e Castro, por intermédio do casamento com a filha de seu proprietário (TRANJAN, 1997). Apesar de a Lagoa Rodrigo de Freitas ser pouco mencionada na literatura, sua mais antiga referência está no livro de Claudio Bardy com o título: *Rio de Janeiro em seus 400 anos*. No livro do autor acima citado, há a transcrição de um ato da época, quando a lagoa era propriedade privada, que deixava claro ser proibida a pesca na lagoa ao determinar que: “nenhum pescador more em Sacopenapã, nem tenha lá casa ou cabana; e assim mais qualquer morador que more lá não tenha rede nem pesque com pena de 6.000 réis e rede perdida” (BARATA, 2015, p. 57).

A lagoa sofreu sua primeira grande transformação com a chegada da corte de D. João, que desapropriou as terras do engenho transformando-as em espaço público. Porém, o espaço continuou com a mesma denominação e o nome perpetuou-se durante a monarquia e a República (BARATA, 2015, p. 59), mesmo após a morte do último Freitas, em Portugal. Esse espaço era uma referência a tal

ponto que, mesmo Charles Darwin em sua visita ao Brasil, a mencionou dizendo trata-se de “[...] uma laguna, onde a água é apenas menos salgada que o mar [...]” (idem, p .60).

Apesar dessa contextualização do processo anterior, nossa investigação está focada no período iniciado a partir do final do século XX. Porém, gostaríamos de citar ainda uma modificação importante no final do século XIX, quando se verifica uma grande transformação da lagoa com o processo de instalação de algumas indústrias têxteis no Rio de Janeiro, especificamente em suas imediações, com impactos diretos em suas águas e seu entorno. Os resíduos dessas indústrias eram despejados nas águas e a atração de mão de obra para o local, a maioria de escravos recém libertos, sem condições de se locomoverem ou de terem moradias convencionais, também causou impacto, uma vez que os trabalhadores se estabeleceram às margens da lagoa em habitações coletivas e condições insalubres. Posteriormente, com as campanhas sanitárias e a isenção de impostos para empresas que providenciassem moradias melhores aos seus funcionários, surgiram as “vilas operárias” (TRANJAN, Virtual Heritage, p. 01).

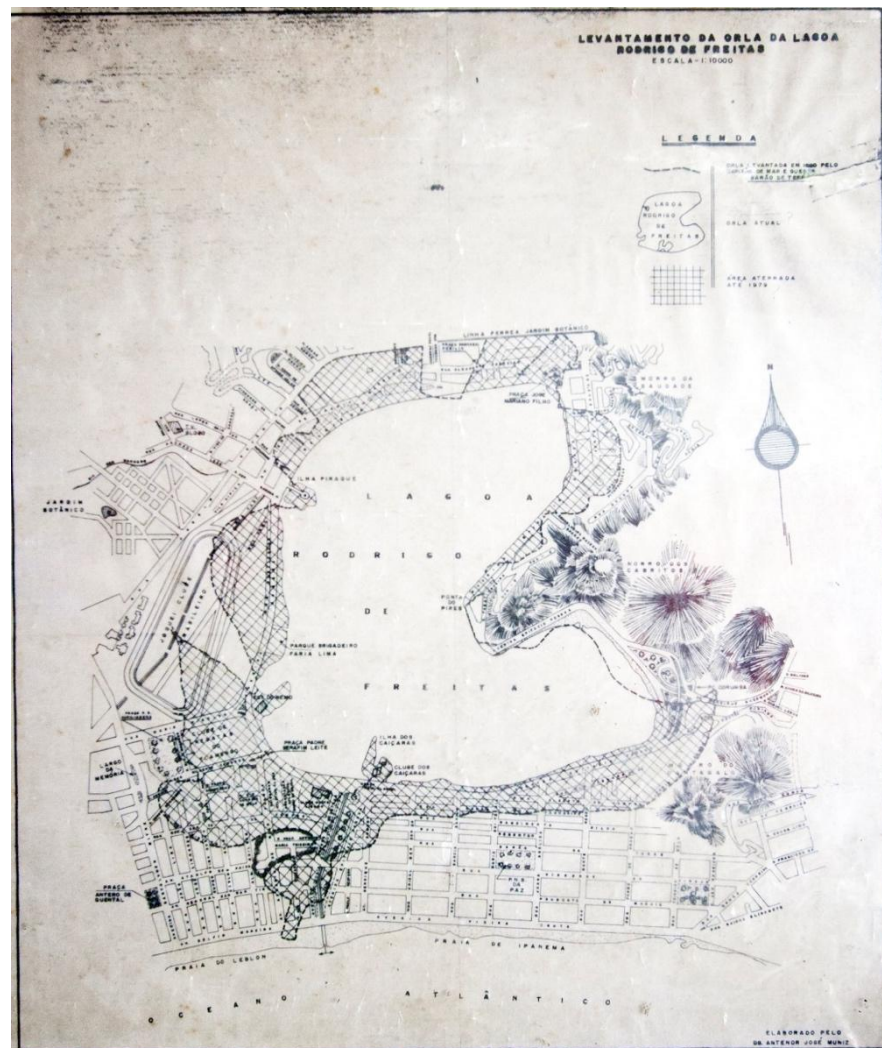
Já no século XX, na gestão de Carlos Sampaio, as ações da prefeitura para transformações na Lagoa Rodrigo de Freitas vinham com argumentos no âmbito da higiene, do embelezamento e das finanças. Nesse sentido, Carlos Kessel, em seu livro *A vitrine e o espelho*, nos diz que:

A lagoa, um microcosmo que concentrava em si as dicotomias associadas à cidade (saúde – doença, salubridade – pestilência, ventilação – miasmas), era um lugar que tinha "a grande vantagem de ser varrido pelo ar oxigenado do Oceano, agente depurador por excelência." Ao mesmo tempo, "era uma zona infecciosa das mais perigosas, principalmente pelos pântanos de águas doces, focos inesgotáveis de mosquitos" habitada por "uma população ribeirinha que aí ia procurar residência gratuita, em terrenos abandonados, e que pagava com a saúde o que não podia pagar pecuniariamente. (Carlos Kessel, 2001, p. 55)

O projeto aprovado pelo decreto 1.351, de 09 de março de 1921, garantia um ganho financeiro aos cofres públicos com a venda de terrenos que foram aterrados num total de seiscentos mil metros quadrados, mostrando que o interesse econômico está intimamente ligado às transformações que a região sofre historicamente. Nesse sentido, podemos perceber que, com relação ao aspecto “finanças”, Kessel observa que “é essencial, o mecanismo de incremento de receita

através da criação artificial de espaço a ser comercializado posteriormente, espaço naturalmente valorizado pelas obras de urbanização” (KESSEL, 2001, p. 56). Para esse aterramento da área alagadiça da Lagoa Rodrigo de Freitas foram usados o lixo que, era anteriormente jogado na enseada de Botafogo, recoberto por areia e terra, e as pedras do morro do Cantagalo. Essas alterações significativas na configuração inicial receberam críticas na época (KESSEL, 2001). O projeto de Carlos Sampaio também abriu o canal do Jardim de Alah que liga a lagoa ao mar, e construiu o interceptador da Avenida Visconde de Albuquerque, destinado a recolher as águas pluviais da Serra do Corcovado, jogando-as diretamente no mar. Esse aterro das partes baixas e alagadiças abrangeu uma área total de 1.350.800m² e resultou na configuração que a Lagoa Rodrigo de Freitas mantém até hoje com três quilômetros de diâmetro, sendo sua maior largura de sete quilômetro e meio de perímetro (Oliveira, 1976).

Figura 1: Mapa do Barão de Tefé



Acima, a Figura 1 – Mapa do Barão de Tefé, reproduzida a partir da documentação do Núcleo Lagoa, mostra áreas que foram aterradas.

Como podemos observar, a Lagoa Rodrigo de Freitas sofreu os impactos dos processos de transformações da própria cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, já na década de 1960, segundo o censo realizado em 1966, a Região Administrativa da Lagoa tinha a segunda maior quantidade de favelas, com vinte e seis comunidades e uma estimativa de mais de 85.500 habitantes. Eram aproximadamente 21.600 moradias (TRANJAN, 1997, p. 01).

Nova onda de transformação na cidade ocorreu durante o regime militar no Brasil, especialmente entre os anos de 1963 e 1975, com a política das remoções das favelas. Naquele momento, os casebres afetavam a concepção urbanística da cidade, pois eram associados às populações pobres. No que se refere à lagoa, as moradias da Ilha das Dragas, da Praia do Pinto, da Vila Hípica (fundo da hípica), do Parque Proletário e da Ilha do Piraquê foram removidas e as pessoas transferidas para os bairros de Cidade de Deus, Vila Kennedy, Cordovil, Senador Camará e para o município de Nova Iguaçu. No caso da favela da Praia do Pinto, no Leblon, relatos orais mencionam um incêndio dito “criminoso” como um “ponto final” para as pessoas que habitavam aquele espaço.

As transformações na região continuaram e a abertura do Túnel Rebouças, em 03 de outubro de 1967, trouxe um grande fluxo de automóveis para a área, além de as pedras retiradas na abertura terem sido usadas para aterrarem ainda mais a região da lagoa. As pressões exercidas por entidades, alertando para a necessidade de preservação da lagoa se intensificaram. Em carta da Sociedade dos Amigos da Lagoa, escrita no ano de 1973 às autoridades da época, já havia um aviso sobre a importância de um posicionamento mais efetivo para proteção dessa área (SILVA, 2003).

Um grupo muito afetado pelas transformações que historicamente marcaram a região foi o dos pescadores que habitam a Lagoa Rodrigo de Freitas oficialmente desde 29 de junho de 1923. Naquele momento, a colônia, que será mais bem contextualizada adiante, passou a ser uma *colônia de passagem* e o impacto dessa mudança foi a deportação. Os pescadores que habitavam as moradias próximas ao seu local de trabalho foram removidos para locais distantes de onde tiravam o sustento e tiveram de se adaptar para não abandonarem o espaço onde tinham um

meio de vida. Retornavam diariamente para a Lagoa Rodrigo de Freitas, resistindo e disputando o direito de permanecerem no espaço que, até as remoções acontecerem, era habitado permanentemente. Já na década de 1980, esses pescadores conservaram-se na lagoa ocupando ranchos de pesca flutuantes até conseguirem ranchos permanentes. O “fantasma” da remoção esteve presente nos discursos orais por muito tempo.

Devemos lembrar que é no espaço onde habita que o ser humano deposita suas lembranças e seu ritmo de vida. Ao serem deslocados de seu ambiente, perdem o apoio do grupo, das memórias do passado conservadas no espaço e perdem ainda a segurança de continuidade que o espaço conserva. Mesmo com suas moradias sendo transferidas para bairros distantes, esses pescadores resistiram e mantiveram na Lagoa Rodrigo de Freitas a base de sua colônia. Gostaríamos de chamar atenção para o fato de que essa lagoa é um *locus* considerado privilegiado, prestigiado e com o *status* de ser um ponto turístico importante para o Rio de Janeiro, localizado num bairro nobre da Zona Sul da cidade.

Para que suas dimensões não fossem mais alteradas foi preciso que a lagoa alcançasse o status de área de preservação em 1990, com o Decreto Municipal 9396/90, que tombou o espelho d'água e sua orla. Em seu entorno foram construídas áreas de lazer e parques. Ao todo, são nove quilômetros e meio de contorno (GUIA DA SEMANA) que abriga as sedes náuticas de Flamengo, Vasco e Botafogo; os clubes Naval, Caiçaras e Piraquê; a ciclovia, a pista de cooper, o *play ground*, quadras esportivas, um pequeno centro gastronômico com quiosques; o espaço *Lagoon*; o heliponto da Polícia Militar e Prefeitura; e o parque do pedalinho. Mais afastados da orla, encontramos os parques da Catacumba e Tom Jobim. Havia também o Tivoli Park, que funcionou na lagoa até o ano de 1995. Diante de todas as transformações através dos tempos, a colônia de pescadores resistiu, apesar de o bairro ter sido pensado para o perfil dos que habitam a área atualmente, detentores de capital econômico.

Podemos interpretar a Lagoa Rodrigo de Freitas como um espaço social fisicamente objetivado¹, observando as estruturas que se estabeleceram em seu

¹ Segundo Bourdieu, espaços sociais fisicamente objetivados se apresentam de forma que as distribuições no espaço físico de bens e serviços correspondam aos diferentes campos. Esses espaços tendem a se sobrepor e a concentração de bens mais raros e de seus proprietários estão em determinados lugares do espaço físico.

entorno. O exemplo mais próximo no que podemos considerar a força do capital econômico sobre o espaço físico de que estamos tratando, é que, apesar de ter sido tombado provisoriamente no processo administrativo número 12/000.343/2003 nos termos do artigo 5º, da Lei nº 166, de 27 de maio de 1980, o Conjunto Arquitetônico do Estádio de Remo da Lagoa teve seu projeto original descaracterizado e sua arquibancada demolida para a construção de um complexo de cinema e do polo gastronômico *Lagoon*, inaugurado em 02 de maio de 2012 para atender aos interesses daqueles que frequentam a lagoa. Uma prova disso é que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já tinha movido Ação Civil Pública em 2003 e nos documentos inseridos nos autos, o órgão diz que “a suspensão, desde 1990, das atividades do Programa de Iniciação Esportiva, que funcionou no Estádio durante 14 (quatorze) anos, deixa sem atendimento 11.500 crianças, cuidando-se de importante trabalho de inclusão social” e que “também foi suspensa a utilização da área por colégios públicos da região, que a utilizavam para as suas aulas de educação física” (MARTINS, 2010).

A última grande onda de transformação que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou começou no final dos anos 90, quando o COB (Comitê Olímpico Brasileiro) demonstrou interesse em realizar grandes eventos esportivos com o argumento de aumentar os investimentos no esporte brasileiro. Por essa razão, houve a necessidade de investimentos de longo prazo para preparação das estruturas da cidade com o objetivo de receber os grandes eventos esportivos, a saber, os jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Adotou-se por parte do Governo do Estado e do Município uma iniciativa de melhoramento das estruturas esportivas e de transporte e hotelaria, além da revitalização de centros históricos e pontos turísticos.

A Lagoa Rodrigo de Freitas foi diretamente afetada com a realização dos jogos, pois além de ponto turístico importante, o local sediou as provas de remo e canoagem. As adaptações necessárias para a realização e a cobertura das provas afetaram diretamente todo o espaço físico e social do entorno da lagoa. Aqueles que nela habitam e trabalham também sofreram com essas mudanças. No que se refere à colônia de pescadores, diante de sua luta por esse espaço, mais uma vez foi possível permanecer e ainda receber melhorias, apesar de o relato oral do presidente da colônia Z13, Pedro Marins, ter dado conta de que havia proposta de

remoção da colônia e dos pescadores para construção de arquibancadas e nenhuma garantia de retorno após os Jogos Olímpicos. Em outro ponto da cidade, precisamente na região do porto do Rio de Janeiro, apesar de movimentos contrários, houve remoções para a construção do Porto Maravilha. Nessa área, as remoções fizeram parte das transformações com o argumento de preparar a cidade para os jogos. Os conflitos entre moradores, poder público e associações foram intensos. Como observou Hannah Cavalcanti em sua pesquisa de mestrado, “projetos de revitalização mesmo impostos encontram resistências e contrapontos” (2016, p. 62). Na Colônia de pescadores Z13 – Núcleo Lagoa, a partir do exemplo do que ocorreu na região do Porto Maravilha – que teve forte apelo dos interesses políticos e econômicos, foi através de lutas pelo espaço e pelas memórias que precisam ser preservadas e reconstruídas que esse grupo não sofreu apagamento por parte do Estado.

Relatos do presidente Pedro Marins dão conta de que, em 2015, numa reunião no Clube Naval, a Secretaria do Meio Ambiente tinha projeto que dizia: “retirada da colônia dos pescadores” (relato oral do Pedro Marins em 07/01/16). Organizados em parceria com a Associação dos Moradores do Jardim Botânico, eles entraram com processo na justiça junto ao Ministério Público Federal, a custo zero para a colônia, pleiteando a não retirada da colônia e convocando o Ministério Público do Trabalho para o processo, pois os pescadores ficaram por aproximadamente seis meses sem trabalhar. Venceram e relatam que a imprensa teve importância nesse processo, com a cobrança das autoridades. O prefeito Eduardo Paes então colocou como contrapartida de uma obra para instalação de torres de transmissão de televisões da Suíça e Austrália, no Arpoador, a realização da reforma da Colônia de Pescadores Z13 – Núcleo Lagoa. O projeto de reforma das estruturas do Núcleo Lagoa, que foi realizado no ano de 2016 e inaugurada durante a festa de São Pedro no dia 29 de junho de 2016, já vinha sendo desenvolvido pela presidência da colônia, com planta alta e baixa, com as mudanças e as modernizações que gostariam de ver realizadas. Os representantes da colônia entregaram o projeto ao Comitê Olímpico Brasileiro reforçando o argumento de que aquela se tratava de uma colônia centenária e sua reforma seria um dos maiores legados dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Toda vez que você diz *pra* alguém: eu estou aqui, eu existo, eu vivo, fica mais difícil ser retirado. É mais fácil retirar alguém que está escondido, na moita. A colônia hoje tomou um espaço muito grande. Ela evoluiu muito. Hoje é respeitada, o que não acontecia antigamente. A visão hoje da colônia é grande. Eu mesmo já dei palestra sobre pesca no Centro Cultural Sulamérica, num evento grande da Maritec, com autoridades. (PEDRO MARINS, entrevista em 30/05/2016)

As questões relacionadas ao poder em relação ao espaço, reservado àqueles que detêm o capital sob várias espécies, e as tentativas de ressignificação de alguns grupos para sua permanência legítima nesses espaços, bem como os conflitos que resultam dessas disputas fazem parte da concepção de cidade que buscamos encontrar. No que se refere à Lagoa Rodrigo de Freitas, questões sobre a despoluição por meio de parceria público-privada, a construção ou não de arquibancadas flutuantes no espaço que pertence legitimamente à colônia de pescadores, e a retirada ou não desse grupo do local são confrontos que nos direcionam para duas significações: o espaço como mercado e os lucros espaciais que o poder do capital, sob diferentes contornos, proporciona; e o espaço como meio de vida, imprescindível para manutenção e preservação de um grupo tradicional que ali construiu e ainda constrói suas memórias, ganha seu sustento e mantém seu ritmo de vida.

1.1 Núcleo Lagoa, configuração após reforma

A Colônia de Pescadores Z13 – Núcleo Lagoa Rodrigo de Freitas é uma entidade representativa e existe oficialmente desde 29 de junho de 1923. Constatamos que três famílias fazem parte desse núcleo desde sua fundação: família Justo, família Paiva e família Marins, a mais ativa politicamente. Em nossa pesquisa, encontramos no *Livro de Registro dos Pescadores* os dados de Miguel Alves Marins, datado de 1921, na época com 33 anos, e Manoel Marins datado de 1924, na época com 19 anos.

No ano de 2016, pelo estatuto da Colônia Z13, o Núcleo Lagoa contava vinte pescadores ativos, embora 32 seja o número máximo para a colônia do Núcleo Lagoa. Eles vivem somente da pesca, algumas vezes, pescando em localidades diferentes. Dessa forma, o número de profissionais ativos aumenta ou diminui conforme a pesca:

Se ela (a pesca) está boa, vem muita gente pescar na lagoa. Se a pesca está fraca, alguns vão pescar em outras localidades. Há pescadores de Maricá, Jacarepaguá que pescam onde estiver com melhores condições. Existem dois locais que há troca de pescadores: Maricá e Jacarepaguá. Fazem revezamento nessas duas áreas (PEDRO MARINS, entrevista em 30/05/2016).

Segundo levantamento junto à presidência da Z13, a maioria dos vinte pescadores da lagoa tem registro profissional. O Ministério da Pesca desde 2011 não emite novas carteiras e, com a extinção dessa pasta, os assuntos referentes a esses profissionais foram transferidos para o Ministério da Agricultura, que pretende agilizar esse procedimento. A maioria das carteiras venceu antes de 2016 e a prorrogação da validade vem sendo feita através de decretos.

De acordo com informações obtidas na presidência da Colônia Z13 no dia 30 de maio de 2016, com o presidente Pedro Marins, oitenta por cento dos pescadores ativos no Núcleo Lagoa têm o benefício do INSS e só há quatro pescadores recebendo o Seguro Defeso². Os demais utilizam o benefício do INSS, caso aconteça algum imprevisto, como mortandade de peixe ou acidente. Também de acordo com a presidência da Colônia, pela Legislação do Pescador, o ofício do pescador artesanal é comparado ao do agricultor. Dessa forma, com quinze anos de trabalho na terra ou na pescaria e 60 anos de idade para homens e 55 anos para as mulheres, é possível se aposentar com um salário mínimo. Ao longo da vida ativa, o trabalhador paga contribuição ao Governo no valor de 2% em cima da produção pesqueira e esse valor no ano de 2016 varia entre R\$20,00 (vinte reais) e R\$25,00 (vinte e cinco reais) por mês. Esse pagamento é um comprovante de que o profissional está ativo, mas é também uma garantia de aposentadoria.

O regime de produção da pesca na Lagoa Rodrigo de Freitas é chamado de “parceria”. Nele, o dono do barco não é obrigado a indenizar o seu pescador. Nessa pequena produção mercantil, os dois ganham proporcionalmente à pesca. Devido a essa condição de produtividade que permanece praticamente inalterada no decorrer dos últimos anos, o chamado quinhão³ é dividido em três partes iguais: uma parte para o dono do barco e da rede, outra parte para um *companheiro*⁴ e outra para o outro *companheiro*. Os *companheiros* só entram com o trabalho. Se houver

² Provento em dinheiro durante a época em que os pescadores não podem obter renda da pesca por impedimento legal. (Ministério da Pesca)

³ Todo o dinheiro arrecadado com a venda dos peixes do dia trabalhado. (Pedro Marins, 2016)

⁴ O pescador que trabalha junto, dividindo o barco, é considerado *companheiro*. (Pedro Marins, 2016)

despesas, como compra de rede ou reparos no barco, a responsabilidade é do proprietário da embarcação. Quando o proprietário pesca, ele ganha em dobro.

A comercialização do peixe não é realizada na colônia. Somente o robalo, peixe nobre, é exceção. Existem os peixes para consumidores considerados de “baixa renda” pelos pescadores, “peixes baratos”, e esses são a tainha e o parati. No ano de 2016, o robalo teve o valor de venda de R\$30,00 (trinta reais) o quilo; a tainha e o parati, valores entre R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) e R\$3,00 (três reais) o quilo. Todas essas espécies vão para o Ceasa para serem comercializadas. O pescador vende para o atravessador, que compra na lagoa e vai para o Ceasa revender os peixes com valores entre R\$6,00 (seis reais) e R\$7,00 (sete reais). Segundo os pescadores, há uma peixaria em Jacarepaguá e lá o mesmo peixe custa cerca de R\$10,00 (dez reais) o quilo. Praticamente toda produção pesqueira da lagoa é vendida. O que sobra, os pescadores doam para algumas pessoas que, segundo eles, são indivíduos que circulam no entorno quando há obras por perto, são os que trabalham na montagem da Árvore de Natal da Lagoa ou os garis que passam pela colônia. De acordo com os pescadores, toda produção pode ser consumida com tranquilidade, pois o capataz Alexandre Oliveira e o presidente Pedro Marins realizam trabalho com a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, que fazem análises frequentes da qualidade do pescado. Até o exato momento, o pescado é considerado de excelente qualidade, sem metais pesados, fígado em perfeito estado e sangue sem nenhuma contaminação.

Segundo o presidente Pedro Marins, algumas vezes, o dono do barco divide o que foi arrecadado na pesca “meio a meio” para agradar o *companheiro*. Dessa forma, podemos observar que não existe a relação de produção dominante nesse sistema de pesca e a importância da cooperação na socialização do trabalho, a consideração com o outro são calcadas no auxílio mútuo, uma atitude típica de cidade pequena com hábitos tradicionais. Segundo Pedro Marins, “a população de pescadores do Núcleo Lagoa são antigos, todos se conhecem” (PEDRO MARINS, em entrevista no dia 30/05/2016). Mesmo os donos de embarcações, não são considerados superiores a nenhum outro pescador. A relação é de igualdade e nem o presidente Pedro Marins quer incentivar qualquer hierarquia entre os *companheiros*.

Um exemplo de relação possível nesse sistema produtivo é o caso do pescador “Demar”. Ele pescou durante muitos anos na lagoa, mas foi ascendendo financeiramente e abriu, com sua irmã, uma escola na Gardênia. Por não querer se desfazer do barco, colocou duas pessoas para pescarem para ele. Usando as palavras dos próprios pescadores, “a pessoa evoluiu na vida e não há necessidade de ficar se matando na pesca”.

No Núcleo Lagoa, as embarcações têm autorização da Marinha Mercante. Ao todo, são dezesseis barcos do tipo canoa a remo com cinco metros de comprimento e quatro embarcações do tipo barco a motor, com sete metros de comprimento. Cada embarcação só pode utilizar dez panos de redes por espécie. Por exemplo, para a tainha é permitido ter dez panos de rede, para pescar robalo dez panos de rede são permitidos. Todas as redes são de nylon e, em caso de danos, cada um conserta a sua.

É possível observar que a prática da pesca vai além de uma prática simplesmente econômica. Trata-se de um modo de vida, com discurso próprio. Quando fala do ofício da pesca, Pedro Marins descreve a ideologia intrínseca nessa prática:

O pescador, quando é pescador mesmo, não consegue trabalhar de carteira assinada. Não consegue ser fiscalizado. Olha o exemplo, o Paulinho. Quando a pescaria fracassou, foi trabalhar no Clube Caiçaras e trabalhou um dia só! Estão acostumados com um tipo de regime. Pescam quando querem e no horário que quiserem. O irmão dele quando tem uma boa pescaria, fica três ou quatro dias sem pescar. Que se dane o mundo! (Entrevista 30/05/2016)

Esse trabalho de pesca não é considerado uma obrigação diária e, quando se é dono do próprio barco, sair para pescar é opcional. Numa conversa, podem ser orientados ao trabalho, mas a palavra final é deles. O presidente não tem autoridade de mandar pescar ou não e a Colônia, por ser uma entidade representativa, apenas aconselha e direciona para a pescaria. Em algumas situações atípicas, como a que ocorreu em 2016 durante os Jogos Olímpicos, o Comitê Olímpico pediu para que nos dias 06 e 07 de agosto não houvesse pescaria, pois a lagoa estaria fechada para pedestres e não haveria comprador. Nesse caso, foi uma determinação e não foi dada ao pescador opção de escolha. Em outro caso, divergências na reforma das estruturas da colônia foram resolvidas com a decisão do presidente Pedro Marins. Por não conseguirem chegar a um consenso, fez-se necessário “bater o martelo

com o engenheiro dizendo como queria. Doa a quem doer” (PEDRO MARINS, entrevista 30/05/2016).

A baixa escolaridade é uma realidade entre os pescadores do Núcleo Lagoa e a maioria deles não estudou. Como exemplo, podemos citar o pescador Orlando Marins que só concluiu o segundo grau, mas trabalha também para a Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro (Rio Águas) com carteira assinada. Assim como foi percebido em Jurujuba, existe uma correlação imediata entre a profissão de pescador e a baixa escolaridade, porém, gostaríamos de ressaltar que, mesmo com a ausência de educação formal na maioria dos casos, encontramos no Núcleo Lagoa uma exceção, que é o Pedro Marins. Ele começou a estudar com 18 anos, fez faculdade de Física, Processamento de Dados e Análise de Sistemas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Ao seu redor, no entanto, a maioria concluiu apenas o antigo primário e, como o próprio Pedro observou, “são rudes, sem ensino, mas sinceros dentro da própria realidade”. Por outro lado, a questão do aprendizado do ofício da pesca foi observada e entendida como aprendizado indireto, passado de pai para filho, como uma herança, inclusive no que se refere aos meios de trabalho. Nas entrevistas, foi interessante observar nos olhares que, ao falar de como foi o início da pesca, a maioria deles tem guardado na memória momentos da infância e falam desse ofício como uma parte da identidade familiar. Como observou Pedro Marins:

Eles, quando aprenderam a nadar, foi com uma corda amarrada na cintura, amarrada no barco. A pesca em si é possível aprender rápido. Uma profissão que não requer estudo e com dinheiro imediato. Por isso acaba prendendo, cativando, dominando. De carteira assinada tem que esperar trinta dias para ter o dinheiro na mão. Ali não. Você tem de imediato. (PEDRO MARINS, entrevista em 30/05/2016)

Todos os pescadores dominam em nível equiparável a arte da pesca na lagoa e conhecem tudo sobre a Colônia. O que os diferencia é o fato de alguns saberem identificar onde o peixe está. Pelas dimensões da lagoa serem pequenas, quem tem mais prática, consegue capturar uma quantidade maior. “Tem que ter perseverança”, diz Pedro Marins. Nessa fala é possível perceber que persistência e dedicação são valores para esses indivíduos, nota-se que o pescador fala com orgulho de seu conhecimento e total domínio de seu lugar de trabalho.

Além do retorno rápido, o trabalho na colônia é relativamente seguro. Não observamos grandes perigos para o ofício da pesca na Lagoa Rodrigo de Freitas,

em comparação ao que se verifica com as embarcações que vão ao mar. Os riscos na lagoa estão relacionados às condições climáticas. Sobre esses perigos, Pedro Marins conta que:

Ele (o tempo) mesmo avisa. Vem vento noroeste, antes de criar grandes marolas, ele avisa. Um bafo quente que vem em cima na hora da pesca. Essa é a hora de correr. Ou nuvens, que *faz* marolas também. Coisas da natureza que os pescadores já estão acostumados. Neném e Ademir quase morreram. Marola de quase um metro! O bombeiro que foi socorrer. Ademir foi internado e tudo. Isso há quase dois anos, em 2014. Outra coisa, um siri furar seu dedo ou um bagre. Não é risco de vida. Esses, só intempéries da natureza (Entrevista 30/05/2016).

Além da pesca para comercialização, esses pescadores realizam um controle da superpopulação de savelha na Lagoa Rodrigo de Freitas. Eles acreditam que essa espécie, que se reproduzia no mar, passou a se reproduzir na lagoa, favorecendo a superpopulação. De acordo com a pescadora Kátia, a savelha é um peixe muito sensível e qualquer excesso na poluição ou um superpovoamento com excessivo consumo de oxigênio tem como resultado grande mortandade dessa espécie e, conseqüentemente, de várias outras porque, depois de morta, a savelha elimina uma espécie de óleo que contamina a água e a mortandade é intensificada. Em três meses, foram quase dez toneladas da espécie recolhidas na lagoa e entregues para a Prefeitura.

Essa espécie é comestível, porém tem muita espinha, o que dificulta o consumo. O preparo deve começar com cortes bem finos e a retirada das espinhas maiores. Depois de frita, as pequenas espinhas torradas podem ser consumidas com tranquilidade. De todo modo, segundo os pescadores, não é um peixe nobre.

Em janeiro do ano de 2017, a preocupação com a mortandade novamente aumentou, pois foi constatado que muitas savelhas capturadas apresentavam grande quantidade de ovas, o que indicaria que em pouco tempo a lagoa teria grande quantidade desse peixe. A presidente da Colônia Z13, Kátia Janine, entrou em contato com a prefeitura propondo um convênio para que os pescadores comesçassem o quanto antes a capturar a espécie, evitando, dessa forma, um risco de mortandade como a que o Rio presenciou em abril de 2015. Segundo todos do Núcleo Lagoa, esse acontecimento não é bom para a lagoa e sua fauna nem para os profissionais que sobrevivem nesse espaço, como os que trabalham nos quiosques e pedalinhos, para os que praticam esporte aquático e precisam treinar,

para os pescadores que sobrevivem da pesca e para o bairro no entorno da lagoa. Todos comentaram que o cheiro é insuportável e prejudica um dos cartões postais mais importantes do Rio de Janeiro.

A ocupação desse espaço, novamente enfatizando o fato de ser bastante valorizado por se tratar de um ponto turístico muito visitado na cidade, precisava de um projeto de revitalização. Os ranchos, como os próprios pescadores chamam, eram feitos de compensado e visualmente destoavam das edificações do bairro e das áreas de lazer, como quiosques e restaurantes. Internamente, a infraestrutura era dividida “ao meio” impossibilitando o trânsito na parte interna da Colônia. Também não estava de acordo com as necessidades dos pescadores e, segundo eles, o banheiro sempre foi uma grande questão, pois não estavam ligados à rede de esgoto da Cedae. De acordo com a fala desses profissionais, a prioridade não era a aparência, mas sentiam-se diminuídos com o aspecto de “favela” do núcleo, uma vez que um dado observado nas entrevistas foi a importância de ser percebido pelas pessoas que frequentam o local. Em 2014, por iniciativa de Pedro Marins, foi desenhada a planta de como deveria ser a nova infraestrutura, sem, no entanto, nenhuma previsão de realização da obra. A oportunidade de transformação apareceu com as Olimpíadas e a estrutura física do Núcleo Lagoa, que não havia sofrido nenhuma melhoria em vinte anos, no dia 29 de junho de 2016, durante a festa de São Pedro, foi reinaugurada, após grande reforma e reestruturação de suas instalações.

É possível enxergar o poder público como interventor da infraestrutura urbana nesse caso, sempre lembrando que as ações e iniciativas da presidência da Colônia Z13 foram imprescindíveis para essa realização. Juntamente com a subprefeitura e a Associação dos Moradores do Jardim Botânico (AMAJB) conseguiram que, em contrapartida pela montagem dos estúdios de transmissão das televisões da Suíça e da Austrália, a reforma fosse realizada de acordo com a planta que já existia, conforme o desejo dos pescadores. A colônia conta hoje com cinco alojamentos, chamados por eles de “ranchos”, com 16m², divididos em dois espaços de 8m² cada. Quatro desses “ranchos” foram divididos entre oito pescadores mais antigos que têm material de pesca, barco e rede, e eles ficaram responsáveis por sua conservação. Um desses “ranchos” foi dividido ao meio e deu origem a dois banheiros e um funcionará como frigorífico. Os banheiros construídos estão ligados à rede de esgoto

do município, atendendo a uma demanda de muitos anos. Toda a parte estrutural pertence à Colônia e, num acordo entre todos, a manutenção, a limpeza e a determinação do que pode ou não ser feito é de responsabilidade daqueles que assumiram os boxes. Qualquer ato grave de conduta que vá contra esse acordo fará com que se perca o direito ao uso do espaço. Segundo Pedro Marins, a divisão dos espaços da Colônia de Pescadores Z13 - Núcleo Lagoa está, a partir do ano de 2016, da seguinte forma:

- Paiva e seu filho, Antônio Claudio, que toma conta do espaço, e o capataz Alexandre Oliveira;

- “Demar”, Kátia e Mineiro;

- “Delegado” e Walter

- Família Marins: Walter, Orlando e Paulinho

Apresentaremos, abaixo, os nomes de todos os pescadores que fazem parte do Núcleo Lagoa Rodrigo de Freitas:

- Alexandre de Oliveira
- André Alves Marins
- Antônio Claudio Paiva
- Devanir Moreira da Silva
- Carivaldo Jacinto de Moura
- Francisco Manoel da Costa
- Gilson Campos
- Isnaldo Justo
- José da Luz
- João Rodrigues
- José Rivair Marques de Lima
- Josemar Santana
- Kátia Janine Oliveira de Miranda
- Orlando Marins Filho
- Octacílio Jacinto de Moura
- Paulo Marins
- Saturnino Evangelista Ribeiro
- Waldemir de Freitas
- Welliton Andrieli Dutra
- Walter Marins

Em nossa pesquisa, conversamos essencialmente com oito pescadores e apresentaremos a seguir um breve perfil de cada um deles. O crédito dessas fotos é da autora da dissertação.



*Foto 1. **Pedro Marins** nasceu em 17/05/1954, terceira geração de pescadores em sua família. “A Colônia pra mim significa tudo”. Aprendeu a pescar com o pai e o ajudava a vender os peixes na Praça XV, com sacrifício, pois levavam o peixe de ônibus. Aos 18 anos percebeu que não conseguiria*

sobreviver só com isso e começou a estudar, tendo feito faculdade de Física, Processamento de Dados e Análise de Sistemas, na PUC-Rio. Trabalhou dando aula e relatou que, após se aposentar, retornou à sua origem, “pescaria é uma cachaça”, ele diz. Fez questão de informar que a maioria dos eventos realizados na lagoa tem o apoio dos pescadores e que ele não era contra a modernização, mas o que queria era poder sobreviver de pesca: “Eu adoro a pesca e se tiver que morrer, quero morrer dentro d’água. E faria tudo novamente”.



*Foto 2. **José da Luz de Andrade**, “seu Pitu”, nasceu 10/01/1930, em Pernambuco, e veio para o Rio de Janeiro em 1954, quando começou a pescar na lagoa. Trabalhava durante o dia no Jockey Club Brasileiro, localizado no Jardim Botânico e diz ter conseguido ganhar muito dinheiro levando os*

cavalos para nadar na lagoa, numa espécie de treinamento. Ele relembra um tempo em que pescavam toneladas de peixes. Relata que a vida de pescador não é para qualquer um e diz que “essa vida só serve pra mim mesmo, que tenho mais fibra, mais raça pra aguentar o vento, o frio”. Hoje, em 2017, mora na Ilha da Gigoia, Barra da Tijuca, e vem à colônia buscar peixes e vender a clientes cativos do Jockey. Por estar com 88 anos, não sai mais para pescar, mas diz “isso aqui é meio de vida”.



Foto 3. Paulo Marins, nasceu em 15 de agosto de 1954 e aprendeu a pescar com o pai aos 5 anos de idade na Rodrigo de Freitas. “Dizem que fui feito na lagoa”, ele fica feliz em dizer. Em suas lembranças guarda a imagem do pai, no local onde se pesca o robalo, peixe que lhe rendeu a fama

que tem até hoje, por ser um dos poucos pescadores que conseguem capturar essa espécie com facilidade. “Minha pescaria é robalo. Igual meu pai. Está no sangue”. Trabalhou adestrando cachorro para a polícia, em manutenção de azulejos e viu que, na vida, tinha que ser pescador mesmo. Tem residência em Nova Iguaçu, porém vive mais na lagoa do que em casa. Conhece tudo como a palma da mão e diz “minha terra mesmo é a Lagoa Rodrigo de Freitas. Nunca saí daqui. A lagoa representa minha vida, tudo. Se não fosse a lagoa, não criaria meus filhos, minha família”.



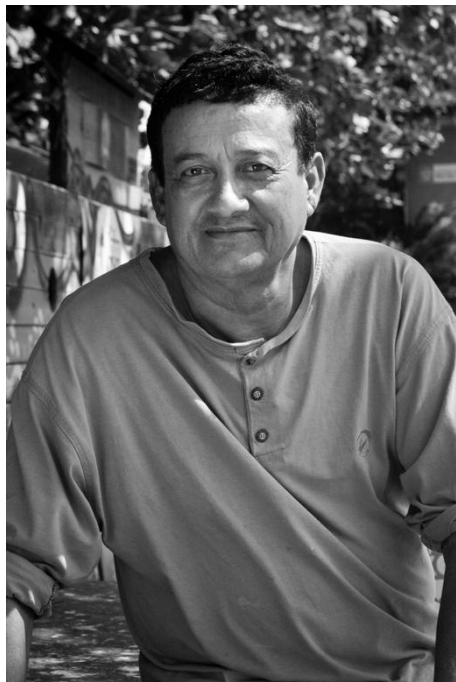
Foto 4. Kátia Janine, a única mulher pescadora do Núcleo, nasceu em 31 de julho de 1964, casou muito nova e em 1988 entrou na pesca para ajudar o marido, quando foram morar na Ilha do Governador. Diz que passou a admirar e a gostar da profissão. O barco era a remo e ela lembra que eles remavam até

quase a ponte Rio-Niterói. Perdeu as contas de quantas vezes teve de remar forte para voltar a tempo de buscar a filha na escola, ou de ficar com ela até uma hora da manhã na praia tirando peixe da rede para levar para casa e vender no dia seguinte. “Me vi na necessidade de aprender a pescar para poder melhorar a renda familiar. Eu adoro pescar. Tenho orgulho e não tenho vergonha de dizer que sou pescadora”. Na Rodrigo de Freitas está desde 1991 e foi presidente da Colônia Z13 de 2006 até 2010. Atualmente responsável por terminar a gestão de Pedro Marins, morto em setembro de 2016, não soube dizer ainda se irá se candidatar para presidência novamente, mas diz que se sente muito bem recebida e respeitada, principalmente no Núcleo Lagoa.



*Foto 5. **Walter Marins** nasceu em 19 de setembro de 1947 e aprendeu a pescar quando tinha oito anos, com o pai, Manoel Marins, na lagoa. Relata que, desde então, procura não depender mais de ninguém. Trabalhou também no Jockey Club por 17 anos e se aposentou por idade. Lembra com*

tristeza quando foi morar na Cidade de Deus “à força, não tinha água, nem luz, só mosquito”. É divorciado e teve dois filhos, inclusive um deles, André, está começando a pescar na lagoa. Diz que a discriminação afeta o pescador hoje e que muitos passam e falam do lugar porque parece uma favela. Ele reforça que não foram expulsos desse lugar devido às iniciativas do Pedro. Gostaria de contar com mais apoio do poder público, mas diz que é feliz. “A gente vai levando a vida”.



*Foto 6. **Orlando Marins** nasceu em 22 de março de 1956, aprendeu a pescar com o pai desde que “se entende por gente”, na lagoa. Nasceu na Ilha das Dragas e, em 1968, com as remoções, montaram residência em Nova Iguaçu. Na época das grandes mortandades, ficou afastado por aproximadamente 10 anos. Durante esse tempo, pescava na Barra, em Marapendi, na Lagoa da Barra, mas voltou em 1987, tendo de se alojar em barracos de lona, utilizando água e luz do Tívoli Parque. Relembra que a prefeitura retirou os barracos de lona e deixou os caixotes de peixe, onde passaram a dormir. Como precisavam tomar*

conta das redes e dos barcos, ficavam “por ali mesmo”. Posteriormente, Antônio Paiva conseguiu legalizar os flutuantes e essas estruturas eram melhor, segundo ele. Em 1996, com a saída do Tívoli, começou a construção da Colônia no lugar em que se mantém até hoje.



Foto 7. João Rodrigues nasceu em Maricá, em 08 de janeiro de 1948 e aprendeu a pescar com o pai quando tinha 7 anos de idade. Para a lagoa, veio quando tinha 12 anos e começou pescando com Antônio Paiva. Casado, com 6 filhos, tem residência em Engenheiro Pedreira, mas passa duas,

três semanas seguidas na lagoa. “Às vezes, nem tem necessidade de vir *pra cá*, mas eu venho porque aqui é melhor pra ficar, é mais fresco e lá em cima o negócio do tráfico é muito grande”. Nas horas vagas, remenda rede, conversa e bebe sua cachacinha. Relembra que quando veio para a lagoa, a maioria dos edifícios não existia, “não tinha Rebouças, aqui era só uma pista, não tinha túnel e a lagoa era bem maior”.

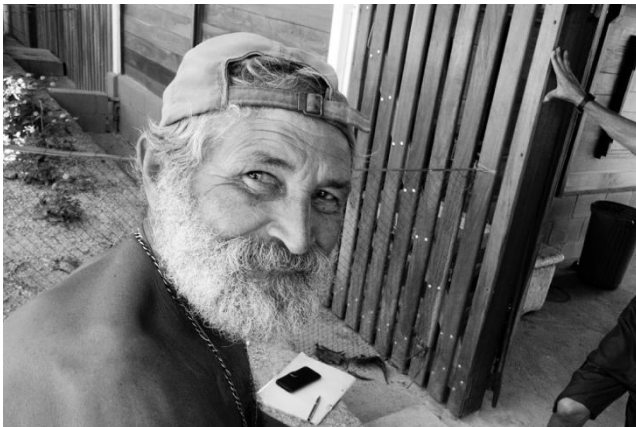


Foto 8. Carivaldo Jacinto de Moura nasceu em 09 de agosto de 1951 e aprendeu a pescar aos 12 anos de idade com o tio, em Maricá. Muito sorridente, porém calado, conta que trabalhou no Jockey por quatro anos e, como o salário era muito baixo, começou a viver só da pesca na lagoa,

onde mora há mais de 30 anos, pescando de segunda à quinta-feira, para retornar à Maricá na sexta-feira. Seu maior sonho é que a pescaria melhore. É separado, teve quatro filhos, porém um deles faleceu. Conta que o que mais marcou sua vida de pescador foi quando “os quatro caras colocaram a arma na minha cabeça e tacaram fogo em tudo, quando era aqui na frente”. A esse episódio voltaremos mais adiante; por ora, ficamos com a conclusão da fala de Carivaldo: “Ser pescador na lagoa é minha profissão”.

Capítulo 2

O espaço e as possíveis significações

Tomaremos como ponto fundamental neste capítulo os aspectos relacionados ao espaço, entendido como produtor de significados. Há muito tempo o espaço tem sido alvo de considerações teóricas em variados campos, como a sociologia, a antropologia, a geografia humana, o urbanismo, para citar alguns exemplos. Se partirmos da perspectiva do campo das ciências sociais, pensaremos nas variadas dimensões que o constitui como materialidade, esfera histórica, política e cultural, e principalmente como dimensão simbólica. Temos o propósito de mostrar as transformações ocorridas no sentido de espaço a partir do advento da modernidade; apresentar uma breve contextualização das oposições entre espaço e lugar; apontar as implicações das articulações entre espaço e capital; salientar as ressignificações locais sobre as transformações do espaço e expor como a memória torna-se elemento fundamental nos processos de leitura do espaço. Temos como objetivo chegar a uma confrontação entre duas formas de compreensão do espaço: espaço como mercado e espaço como meio de vida.

Podemos pensar que modernidade “refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 8). No final do século XX, alguns debates sobre a modernidade dão conta desse conjunto de fatores associado principalmente à informação e a instituições diferentes das de ordem tradicional. Nesse sentido, “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991 p. 12). O que tínhamos como modo de vida no universo tradicional não foi reproduzido na modernidade, que nos libertou de um passado irrefutável e um futuro previsto. A existência cotidiana foi transformada durante aproximadamente quatro séculos e essas mudanças foram amplas, impactaram de forma abrangente as sociedades existentes. Alguns autores, como Jean-François Lyotard (apud GIDDENS, 1991, p. 8), propuseram uma nova terminologia para o período após a grande onda de transformação, mas o termo cunhado – pós-modernidade – foi refutado por Anthony Giddens. Para ele, sofremos as consequências de imensas mudanças de forma extrema e sua análise institucional foi o foco de suas

observações. Neste trabalho, refletiremos sobre algumas características por ele percebidas.

A primeira delas diz respeito ao ritmo de mudanças, a segunda trata da extensão das mudanças, que é mundial, e a terceira, que mais nos será útil, sem desprezar nenhuma das outras, é a natureza intrínseca das instituições modernas e, nesse sentido, o foco será a maneira como o urbanismo moderno é organizado de forma absolutamente distinta do que havia até então.

As reflexões de Giddens nos ajudam a pensar sobre como os espaços adquiriram novos sentidos, sobretudo aqueles expressos na fundamental dicotomia: *lugar e espaço*. O isomorfismo entre *espaço* e *lugar* pode ser decorrente da noção de que ambos nos remetem à ideia de localização física das ações humanas, ou de onde vivem e como vivem, e ainda de formas espaciais que ancoram pessoas. Em nossa perspectiva, a distinção entre *espaço* e *lugar* é produzida socialmente e, de forma concisa e simples, podemos diferenciá-los como o *espaço* sendo uma contextualização, uma ideia espacial mais ampla e abrangente, e o *lugar* sendo aquilo que nos remete à ideia de ambiente mais particular, embebido de hábitos e práticas locais. Segundo Forman “ambos possuem uma relação dialógica, mas no momento em que o lugar é definido pela interação humana local imediata, o espaço mostra as trajetórias mais amplas e genéricas” (2002, p. 25). Por ser polissêmico, o lugar pode ter significações variadas e, sendo da ordem do afeto e tendo sido construído, ele está sempre misturado e embebido de valores, significações culturais, vivido nas relações sociais. Por essa razão, sua natureza é mutável e simbólica. Devemos pensar o lugar como algo que não é fixo, é sempre construído na relação com o ser humano, num contexto ideológico que transcende à materialidade espacial. Nesse sentido, a existência humana transforma a estrutura e lhe confere significação cultural que é transmitida aos indivíduos através de um complexo sistema de relações sociais. Consideremos que os lugares podem ser inventados e imaginados como eternos ou transitórios, individualizados ou coletivos, inventados e imaginados no sentido da diferenciação daquilo que a sociedade vive e concretiza com ações embebidas de seus valores e atributos considerados relevantes, capazes de caracterizar os espaços, dando vida a determinados lugares. Esses fundamentos éticos que norteiam o comportamento humano não são fixos e no decorrer da história de grupos podem sofrer alterações e posicionamentos

diferentes daqueles anteriores. Lugares são individualizados se pensarmos no papel relevante do sujeito nessa dinâmica social e que, observando sob o prisma de um ambiente citadino de centros urbanos, podemos perceber identidades que vão se contrastando, se complementando e se opondo, transformando espaços em lugares repletos de sentido.

A respeito da ideia de lugar, uma reflexão nos leva a pensar que o mesmo é capaz de inspirar o sentimento de amor próprio e de pertencimento nos indivíduos que o habitam. No local onde desenvolvem suas práticas diárias, os sujeitos implantam formas de vida, constroem identidades que são peculiares ao lugar onde moram, onde nasceram. Dessa forma, a diferenciação entre espaço e lugar é produzida socialmente. (LOPES e FACINA, 2012, p. 201). As questões relacionadas ao lugar nos remetem à localização física das ações humanas, ao local onde se vive e onde se desenvolvem modos de vida. Marlucci Menezes, da Universidade Nova de Lisboa, em seu artigo *Do espaço ao lugar: do lugar às remodelações socioespaciais*, apresentou uma definição de lugar que ela foi buscar na tese do pesquisador Yáñez Casal, defendida na Universidade de Paris. Ele vê *lugar* como “mundo habitado” [...] “produzido e organizado pela sociedade, por um grupo social, sobre o qual cada sociedade, cada grupo, desenvolve e articula suas relações” (CASAL, 1986, p. 44, *apud* Menezes, 2000). Nesse sentido, para se compreender esse conceito, faz-se necessário mergulhar até o momento da inclusão histórica de um grupo em seu lugar e analisar a trajetória da construção dos significados simbólicos atribuídos ao espaço habitado, bem como questionar a forma como a ocupação desses espaços se consolidou; o uso que está sendo feito dos locais; que valores são construídos e; quais são as relações de poder sobre esses espaços.

É nesse contexto que observamos nosso objeto de estudo. Compreendemos o espaço como algo maior, mais abrangente, impessoal, ao mesmo tempo dinâmico e em constante transformação, a abrigar lugares e relações sociais com possibilidades de interação. Nesse sentido, entendemos que de certa forma os grupos que habitam os espaços e se relacionam acabam por equilibrá-los e dão significados a eles. Nessa lógica, o *lugar*, na vida urbana, está impregnado de sentimento de pertença e sentido. Dotado de uma atmosfera particular e, no caso de nosso objeto, habitado por uma comunidade de pescadores, o *lugar* pode ter uma política voltada para a preservação de suas práticas culturais particulares.

Por essa perspectiva, a diferenciação entre *espaço* e *lugar* é fundamentalmente importante se quisermos pensar as implicações nas relações entre espaço e capital. Trataremos, portanto, de dois aspectos que nos parecem relevantes: capitalismo e globalização. Consideramos esses dois pontos de vista preponderantes para a compreensão da forma como os espaços urbanos têm sido construídos socialmente. Nesse sentido, o capitalismo aparece como um “feixe organizacional” que já de início nos apresenta uma formação de sistema de classes decorrente da relação entre a propriedade privada do capital e do trabalho assalariado na produção de mercadorias. Nas sociedades modernas podemos observar algumas características como a competitividade, que faz da inovação tecnológica algo constante e em expansão. Em nossa pesquisa, barcos maiores e com motores mais potentes, que podem capturar uma grande quantidade de pescado, trouxeram para a pesca artesanal, especificamente na Colônia Z13, em Copacabana, uma dificuldade maior para capturar a quantidade suficiente para a sobrevivência. Uma solução envolveria maior capacidade de apropriação de barcos modernos e esse fato tem dificultado o ofício do pescador. Ao observarmos o objeto de nossa pesquisa, podemos perceber que o fato de a pesca com barco a motor não ser permitida na Lagoa Rodrigo de Freitas estabelece uma condição que colabora para a manutenção das práticas tradicionais de pesca nesse espaço. Além disso, os relacionamentos econômicos influenciam instituições políticas e a própria autonomia do Estado, que também depende da acumulação de capital e, por isso, precisa, em seu sistema administrativo, controlar seu território. Esse controle, essa vigilância, passa necessariamente, pelo controle da informação e, assim, as áreas urbanas tornam-se ambientes criados, construídos e sujeitos à coordenação e controle humanos. A razão pela qual privilegiamos essa informação em nossa pesquisa será compreendida posteriormente e diz respeito a perspectivas de observação que consideram o Núcleo, a imprensa, associações e órgãos do Governo.

É útil observarmos também que a ordem social da maioria das metrópoles se caracteriza por movimento e mudança, no sentido de fazer com que a competitividade na área econômica acabe por transformar quase tudo em mercadoria, inclusive força de trabalho e lugares, além de serviços e mercadorias. Nessa perspectiva, consideremos o capital como forma de poder e que o princípio econômico seja capaz de definir as circunstâncias da vida dos seres humanos.

Numa interpretação mais ampla, seria uma forma de conseguir que as coisas sejam feitas. Os interesses das corporações e do poder público nem sempre estão em sintonia e essa dissonância, que envolve também os movimentos sociais, pode causar tensões e conflitos.

Outra questão que gostaríamos de pontuar diz respeito às práticas tradicionais. Nesse sentido, Anthony Giddens nos apresenta uma definição que pode nortear nossas reflexões: a “globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (1991, p. 69). Referências e padrões encontrados em localidades distantes acabam por ser adotados em ambientes urbanos em outras cidades. Esse dinamismo das conexões que se estabelecem no fluxo de informações, referências e trocas econômicas pode romper, na vida social moderna, com o mundo tradicional (GIDDENS, 1991).

O espaço, como vimos, não é apenas a localização física. Podemos observar uma dinâmica dos indivíduos, das pessoas que vão se aglutinando, formando grupos e associações que, de forma abstrata e simbólica, constroem um espaço social. Com as transformações que acontecem no ambiente citadino, se estabelecem disputas pelos espaços e as relações de poder acabam por determinar a constituição dos ambientes urbanos. A questão que nos interessa nessa pesquisa é a disputa que estabelece a fixação de um grupo dentro de um espaço citadino, numa cidade que está frequentemente se transformando. Para essa discussão, é útil pensarmos que por meio da produção do espaço o capital se realiza, apontando a constituição do urbano como negócio. Devemos considerar que a existência de grupos e indivíduos no espaço social é a metáfora do espaço físico. Nesse sentido, observa-se o afastamento e a exclusão dos que não detêm capital econômico, dessa forma, inaugurando novas contradições que estão no fundamento das lutas pelo espaço.

Para refletirmos a respeito do encadeamento socioespacial na tentativa de compreender os mecanismos de exclusão e inclusão e as relações de convívio e urbanidade entre os grupos e as classes sociais nos processos de produção do espaço, bem como as possíveis relações de poder que daí podem surgir,

utilizaremos a perspectiva de Pierre Bourdieu em *Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado* (2013).

Partiremos da compreensão do que seria o espaço social para Bourdieu. De forma abstrata, ele pode ser estabelecido como condição de “justaposição de posições sociais”, convívio entre os atores sociais que se realiza no espaço físico. Se pensarmos em termos de bairro, a forma como vai se constituindo e as transformações nesse percurso são pautadas nas diferenças econômicas onde certos agentes vão se apropriando das estruturas espaciais através da posse do capital. Nesse sentido, podemos concluir que os agentes que não dispõem de dinheiro suficiente para manter domicílio em bairros centrais são, conseqüentemente, forçados a ocupar lugares mais distantes e, em algumas metrópoles, é possível observar que esse afastamento pode vir também sob a forma de remoção. Desse modo, o espaço físico torna-se metáfora do espaço social e os agentes vão se aglutinando conforme a condição econômica. “O espaço social se encontra assim inscrito simultaneamente na objetividade das estruturas espaciais e nas estruturas subjetivas que são, em parte, o produto da incorporação dessas estruturas objetivadas” (BOURDIEU, 2013, p. 135).

Podemos compreender, portanto, que os agentes que detém o capital apropriam-se do espaço físico, e conseqüentemente de bens materiais e culturais disponíveis nesse lugar, os quais tendem a ser mais valorizados e mais raros, e segundo esse autor, “espaços sociais fisicamente objetivados”. Seus recursos e seus proprietários inclinam-se a se “sobrepor” em lugares estabelecidos do espaço físico. Nesse aspecto, o autor observa que:

O capital permite manter à distância pessoas e coisas indesejáveis e, ao mesmo tempo, aproximar-se das pessoas e coisas desejáveis [...] aqueles que são desprovidos de capital são mantidos à distância, seja física ou simbolicamente, dos bens socialmente mais raros, e condenados a conviver com as pessoas ou bens indesejáveis e menos raros. (BOURDIEU, 2013, p. 137)

Por essa perspectiva, podemos observar que há uma espécie de poder (material ou simbólico) sobre os espaços físicos a gerar uma condição de hostilidade. Por essa lógica, o espaço social aplica simbolicamente um estigma àqueles que o ocupam. Da mesma forma que habitar um espaço onde edificações, serviços e bens materiais ou culturais são considerados de melhor qualidade consagra simbolicamente seus habitantes, lugares afastados como periferias e

subúrbios relegam os indivíduos que lá habitam ao estigma da desposseção. É dessa forma que os agentes vão se apropriando dos espaços e o autor define de forma clara o espaço físico apropriado, lembrando Leibniz, como sendo a “correspondência entre determinada ordem de coexistência dos agentes e uma determinada ordem de coexistência das propriedades” (BOURDIEU, 2013, p. 133). Portanto, podemos pensar que o espaço físico apropriado é uma metáfora da existência dos indivíduos e dos coletivos na cidade, no espaço.

Pensemos na hipótese de que, conforme determinadas cidades foram crescendo, aqueles que detinham o poder econômico foram se apropriando e ocupando áreas que, sendo cada vez mais valorizadas, ganharam a característica de “nobres”. Nesse sentido, gradativamente, as mudanças espaciais são voltadas para o distanciamento daqueles cuja a mera presença é capaz de importunar. Nessas condições citadinas muitas disputas se desenrolam. São lutas políticas pela ocupação dos espaços e Bourdieu nos coloca que as lutas pelo espaço têm, de fato, como propósito a “construção de grupos homogêneos de base espacial” (BOURDIEU, 2013, p. 138), com objetivo de se obterem lucros espaciais. Podemos compreender lucros do espaço como as oportunidades na relação entre a distribuição espacial dos agentes e a distribuição de bens e serviços socialmente disponíveis. Bourdieu apresenta algumas formas de lucros espaciais sob a configuração de lucros de localização, os quais são divididos em duas classes: rendas de situação, que dizem respeito à proximidade ou à distância de serviços e agentes valiosos e desejáveis; e lucros de posição ou de gradação, que são proporcionados por um endereço simbolicamente distinto e pelo monopólio de uma edificação específica. Essa distinção também é referente ao tempo de deslocamentos e ao acesso a meios de transporte de qualquer natureza, também sob a forma de lucros de ocupação (ou de medidas externas), que se referem ao distanciamento de “indesejáveis”, nos termos desse autor.

Para nossa pesquisa é proveitoso debater a ocupação legítima de um espaço quando ela se realiza de forma constante e prolongada, onde há a “frequência contínua de seus ocupantes legítimos” (BOURDIEU, 2013, p. 140). Nesse momento, o autor nos coloca a condição do “capital social de relações”, a conectar esses agentes que ocupam determinado espaço físico pelas relações sociais singulares (a esse respeito, o autor cita como exemplo amizades de infância ou adolescência) e

ainda pelo capital cultural e linguístico, com suas perspectivas tênues, como formas e estilo de vida e maneiras corporais, por exemplo. “É o conjunto dos traços que conferem todo o seu peso ao lugar de nascimento (e, em menor grau, ao lugar de residência)” (BOURDIEU, 2013, p. 141). As formas de capital que Bourdieu observou incluem: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. De maneira não muito profunda, vamos privilegiar questões relacionadas ao capital social, que nos parecem importantes para compreender o modo como grupos podem obter benefícios inseridos numa rede social sólida. É importante lembrarmos que todas as formas de capital as quais o autor se refere estão, de alguma maneira, atreladas ao capital econômico, pois num ambiente capitalista, quem detém a moeda, os recursos financeiros, são os que têm acesso a uma maior variedade cultural, além de simbolizarem o indivíduo “bem-sucedido”.

O autor verificou dois elementos que compõem o capital social: redes de relações sociais, que dão aos indivíduos ou grupos a permissão de acesso aos recursos dos componentes do grupo; e quantidade e qualidade dos recursos do grupo. Nas redes de relações sociais, há correlação com uma rede duradoura de relações institucionalizadas de reconhecimento. Essas relações, além de serem constituídas de relações objetivas ou de vizinhança no mesmo espaço econômico e social, podem se estabelecer também nas trocas simbólicas e materiais, de modo que o início e a continuidade dessas relações pressupõem o reconhecimento dessa proximidade pelos agentes. Além disso, os indivíduos do grupo acabam compartilhando de um sentimento de pertencimento. Em relação à quantidade e à qualidade dos recursos, a capacidade de capital social do indivíduo está intimamente ligada ao tamanho da rede de relações a que ele pode apelar e à quantidade de variedades de capital distintas (econômico, cultural e simbólico), singularidade de cada um dos agentes a quem os grupos estão ligados (ANTUNES, 2010, p. 484).

Isso nos leva a considerar a importância da atuação de determinados grupos ou indivíduos nas relações sociais, pois o capital social pode abrir possibilidades e proporcionar benefícios, quando necessários, nas lutas e disputas que podem ocorrer em um *habitat*. Bourdieu nos apresenta esse conceito como:

lugar físico socialmente qualificado, que oferece oportunidades médias de apropriação dos diversos bens e serviços materiais ou culturais disponíveis em um dado momento. Tais oportunidades se especificam para os diferentes ocupantes desse *habitat* segundo as

capacidades de apropriação (materiais – dinheiro, meios de transporte privados etc. – e culturais) de cada agente. (BOURDIEU, 2013, p. 139)

O autor nos esclarece ainda que o *habitat* auxilia na construção de um *habitus* e *vice-versa*, pois os agentes são suscetíveis a fazerem usos sociais que correspondam a esse mesmo *habitat*. Sabemos que *habitus* pode ser compreendido para além de nossa colocação nesta pesquisa, porém, aqui, estamos priorizando-o como um estilo de vida, como o proceder dos indivíduos que ocupam os espaços. Isso nos auxilia na análise da dinâmica que observamos em nosso objeto. Podemos pensá-lo como modos de organizações duradouras que, com as memórias de todas as experiências que constituem um indivíduo, atuam como manancial de percepção, de análises, avaliações e funcionamentos. Com essas referências, as incumbências, por mais diversas que sejam, tornam-se realizáveis de forma razoável. O autor igualmente apresenta outra especificidade do conceito de *habitus* que é sua capacidade de se adaptar a novas condições. Nesse sentido, ele diz que “*habitus* é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical” (BOURDIEU, 1983b, p. 106).

Mesmo diante dessas afirmações, é possível observar a probabilidade de se “ocupar fisicamente um *habitat* sem habitá-lo propriamente falando” (BOURDIEU, 2013, p. 139). Nesse sentido, tratando-se de grandes centros urbanos com as segregações sociais causadas pelas desigualdades, para uma parcela de indivíduos que dividem o espaço urbano, “nada é mais distante e intolerável do que pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no espaço físico” (idem). Pergunta-se que ponto de contato poderia ser estabelecido entre aqueles que convivem no espaço físico, embora tão distantes no espaço social, e ainda, de que forma a aproximação física poderia agir sobre as relações sociais diminuindo a segregação.

Para pensarmos sobre essas questões, podemos considerar que processos de ressignificações podem dar novo sentido às transformações dos espaços e, de fato, criar pontos de contato entre grupos que podem ter *habitus* distintos, embora habitem o mesmo espaço físico e, de alguma forma, aproximem-se socialmente. Propomos pensar nas transformações simbólicas e lembramos que estas podem acompanhar as transformações arquitetônicas e do espaço público urbano. Com a

globalização e as novas necessidades do mercado, as cidades passaram a ser tratadas e preparadas como mercadorias para serem vendidas, rivalizando com outras cidades, que também se apresentam como produtos.

As possíveis transformações no espaço urbano podem relacionar-se com o sentido e a modificação de formas, estruturas e finalidades dos lugares. Nesse sentido, as políticas públicas, na maioria das vezes, controlam as intervenções. A questão que colocamos é a intervenção com relação às histórias que os lugares abrigam e as possíveis tentativas de fazer deles um espaço no padrão de tantos outros lugares. Perante a dinâmica e a mistura inerentes às transformações, alguns grupos buscam, de alguma forma, conservar o significado e o que pode ser peculiar em um lugar.

Para refletirmos acerca das ressignificações locais sobre as transformações do espaço, tomaremos o espaço urbano como nosso referencial e se pensarmos a cidade como uma malha de espaços de convivência e interação social, ele é o lugar que condensa variadas significações imaginárias. Conceituar espaço público abre muitas possibilidades, porém para nossa reflexão tomaremos como base a ideia de que espaço público é aquele franqueado a todo mundo, gratuito, sendo possível os indivíduos circularem livremente e onde todos podem entrar. Em que ele irá se transformar, depende das pessoas que circulam e das forças que podem eventualmente agir nesses espaços.

Para as primeiras considerações sobre o espaço urbano e o processo de urbanização que, em nosso entendimento influencia os locais organizados por grupos sociais, essencialmente nas cidades brasileiras, adotaremos a perspectiva do autor Roberto Damatta, que observou certa hierarquia na configuração dos espaços entre o centro e a periferia. Essa demarcação espacial pontua, conseqüentemente, uma divisão social dos espaços urbanos, tornando-os fragmentados. Nessa estruturação espacial surgem espaços mais valorizados e outros caracterizados pela segregação e a desigualdade. Dessa forma, reforçamos a ideia de que os espaços podem ser compreendidos como esferas de significação social, nas quais, com perspectivas próprias, se emolduram a vida social, se separam contextos e se influenciam as atitudes dos indivíduos.

Indo além das atribuições físicas dos espaços urbanos, existe uma aura de referências que norteiam as ações daqueles que neles habitam. Como princípio

organizador, os espaços são como “esferas de ação social” (DAMATTA, 1995 p. 47) com possibilidades de manifestações éticas e culturais variadas e possivelmente moldadas de acordo com as relações sociais que se desenvolvem nessa dinâmica. A forma como o espaço urbano é concebido, usado e ocupado transforma-o num elemento social importante que emoldura contrastes e desperta manifestações diversas de emoções e expressões artísticas. Nesse sentido, o espaço urbano torna-se fonte de inspiração para estabelecimento de espaços culturais e, neles, se constroem identidades e memórias. (DAMATTA, 1995).

Se pensarmos que os espaços das cidades são esferas de significação social e percebermos neles maneiras diferentes de interpretar o mundo, com éticas particulares que podem ser consideradas como esferas de sentido, podemos entender o que Roberto Damatta nos apresenta como espaços transitórios e problemáticos que, segundo o autor, recebem tratamento diferente. Esses espaços que estão relacionados a conflitos, contradições e paradoxos podem apresentar-se de maneira sombria, camuflados e são percebidos de forma singular.

Podemos considerar também que por orientarem socialmente atividades próprias através das rotinas, espaços específicos, quando sofrem transformação e são ressignificados, causam reflexos nos grupos sociais que neles habitam. É através do espaço que o mundo se torna significativo e ordenado com relação aos grupos. Isso acontece pelo sistema de contraste, com atividades e formas de organização diferentes (DAMATTA, 1995 p. 47). Quando nos referimos às cidades, sem nos aprofundar num histórico dos processos de planejamento urbano, o princípio de revitalização de centros históricos e pontos turísticos fazem parte principalmente das cidades brasileiras historicamente marcadas por processos de mudanças para remodelação urbana, que transformaram gradativamente algumas áreas. Essas transformações, muitas vezes, são apoiadas em discursos que respondem a diferentes momentos e interesses veiculados por diversos atores sociais. Um aspecto que ressaltamos é que essas transformações que fazem parte do processo de urbanização são, frequentemente, estratégias do setor imobiliário e da construção civil, com intuito de construção de uma representação acerca da cidade com uma imagem positiva para o mercado global, atribuindo valor ao espaço, como se faz com as mercadorias. Nesse sentido, Lúcia Silva (2003) observa que é preciso adaptar as cidades para as novas necessidades do

mercado e, assim, elas passam a ser “pensadas e planejadas como mercadorias para competir com outras mercadorias-cidades na disputa pela atração de capitais”.

Os espaços citadinos receberam atenção na perspectiva moderna por parte de políticas governamentais de intervenção urbana ao promover o urbano como objeto de negócio, como mercadoria. Se pensarmos que esses espaços públicos também podem desempenhar o papel de mediadores entre alguém que interpreta ou inventa uma mensagem para outras pessoas, podemos compreender espaço público como o local no qual a sociedade pode ser vista, onde se materializam as relações sociais, onde o coletivo pode se expressar livremente, interagir (DARDI, 2017, p.8). Concebidos para desempenharem o papel de local para circulação e interação de diferentes atores sociais, esses espaços, muitos deles revitalizados, fazem parte de um projeto globalizante que, através do poder do capital, os transforma e eleva o valor econômico do solo urbano. Nesse sentido, Henri Lefevre observa que:

A arquitetura e o urbanismo contemporâneos encobrem essa gigantesca operação. Eles dissimulam os traços fundamentais da cidade, seu sentido e finalidade. Eles ocultam, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço. (LEFEVRE, 2001, p. 18)

Na perspectiva dos urbanistas, o espaço público é desdobrado em formal e informal. Os formais são aqueles espaços planejados pelo poder público governamental, como parte do planejamento urbano das cidades. Nesse sentido, podemos considerar os monumentos urbanos, ruas, áreas de lazer, parques e praças como espaços formais. Os informais, ao contrário, são apropriados espontaneamente pelos cidadãos, que lhes dão uma característica funcional, como por exemplo, a rua que se transforma para abrigar uma feira, fazendo às vezes de um shopping a céu aberto (ALOMÁ, 2013). Essas duas possibilidades espaciais têm conotação subjetiva, que vai se transformando e se consolidando através do uso tradicional e cotidiano. Os imaginários individuais e coletivos também ajudam a dar significação aos espaços públicos. Em muitos deles, essa conotação subjetiva pode ser relacionada a histórias individuais, acontecimentos históricos e esses espaços podem, inclusive, ser palco de expressão política e de movimentos sociais por direitos dos cidadãos.

Uma característica positiva que Patrícia Alomá (2013) observa e considera fundamental é a capacidade que o espaço público tem de permitir a conexão de pessoas diversas em qualquer momento e isso faz com que ele seja, intrinsecamente, o local potencialmente mais democrático da cidade, por acolher e facilitar o intercâmbio heterogêneo sob aspectos tão dissimilares como idade, gênero, nacionalidade e ideologias. Nesse sentido, voltando novamente o foco para o espaço urbano citadino, podemos reafirmar que este pode ser construído na relação com o ser humano, constituindo-se assim num espaço social onde o contexto ideológico transcende a materialidade espacial e os indivíduos que nele habitam adaptaram sua personalidade mediante as pressões que são exercidas por esse ambiente.

Dando continuidade ao pensamento sobre a cidade grande, mostrando a relação entre sua formação com adensamento populacional do espaço citadino e os impactos no comportamento individual de seus habitantes, utilizaremos como inspiração a perspectiva de Georg Simmel, que inaugura um estilo de investigação das cidades e metrópoles modernas em seu artigo “As grandes cidades e a vida do espírito”. O autor observa que,

O tipo das individualidades da cidade grande é intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores. O homem é um ser que faz distinções, isto é, sua consciência é estimulada mediante a distinção da impressão atual frente a que lhe procede. (SIMMEL, 2005, p. 578)

Essa “vida nervosa” a que o autor se refere pode ser compreendida como um cotidiano caracterizado pela velocidade, inconstância e rapidez da vida econômica, profissional e social, e os indivíduos acabam adaptando suas personalidades, conformando-as a essas potências exteriores, características da cidade grande. Porém, o autor observa, o indivíduo tem a aspiração de conservar uma autonomia diante da supremacia da sociedade, do legado histórico, da cultura exterior e da tecnologia. Reforçamos que é apenas uma pretensão, pois na realidade há uma distinção entre as “relações de ânimo”, pautadas nas individualidades e que considera os indivíduos além das capacidades e recompensas (característica típica dos ambientes menores), e as “relações de entendimento”, que consideram os indivíduos como números que só valem a partir de suas capacidades de forma objetiva (qualidade do ambiente de cidade grande).

Outro aspecto da cidade grande, mais determinante, é o fato de ela ser o local das trocas econômicas, onde o preço é parâmetro que iguala atributos como qualidade e peculiaridade ao “quanto”, conforme a característica das relações de entendimento. Nesse sentido, a economia monetária expulsa os últimos restos da produção própria e da troca imediata de mercadorias e a produção se volta para o mercado de desconhecidos, onde não há relação privada. Pelo contrário, desenvolvem-se relações com uma “objetividade impiedosa, seus egoísmos econômicos, que calculam com o entendimento, não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais” (SIMMEL, 2005 p. 579). Nesse sentido, podemos observar que o espaço da cidade grande, movida pela economia monetária como grande potência exterior, forçou adaptações da personalidade de seus habitantes reduzindo valores qualitativos a valores quantitativos.

Por ter consciência de que os atributos pessoais não têm nenhum valor, os habitantes do meio urbano caracteristicamente inseguro, instável e com muitas variações, sob essas pressões atuando de forma pessoal, acabaram por intensificar a intelectualidade e desenvolveram o que Simmel classifica como caráter *blasé*. O autor usa a terminologia “vida anímica” e podemos entender anímico como tudo que diz respeito a alma, parte imaterial do homem”. O fenômeno anímico de caráter *blasé*, observa Simmel, é garantido de forma incondicional à cidade grande e podemos começar a compreender esse fenômeno peculiar de adaptação considerando que essa disposição anímica possa ser “a incapacidade de reagir a novos estímulos com energia que lhe seja adequada” (SIMMEL, 2005, p. 581), uma insensibilidade diante da diferenciação das coisas. Como a referência é sempre o “quanto”, para os habitantes da cidade grande tudo pode ser nivelado e compensado pelo dinheiro. Eles não conseguem distinguir pela particularidade e “todas as coisas repousam no mesmo plano e distinguem-se entre si apenas pelas grandezas das peças com as quais se deixam cobrir” (SIMMEL, 2005, p. 582).

Como, então, nos distanciarmos, nos afastarmos dessas duas ameaças – a indiferença e o excesso de entusiasmo – que pairam sobre os habitantes da cidade grande? Como preservar uma certa liberdade pessoal e nos proteger? Segundo Simmel, a antipatia nos protege e até pode ser compreendida como uma forma de socialização que, nem sempre faz com que esses indivíduos se sintam bem. De

forma pessoal, pode até trazer um sentimento de isolamento e solidão. Nesse sentido, para que alguns indivíduos ou grupos possam se distinguir e ganhar a consciência do ambiente social, é necessário ater-se ao detalhe qualitativo e manifestar-se de forma diferente em relação aos outros. Valorizar a “forma de ser” que difere do ambiente no qual se está inserido, destacando-se justamente pelas características tradicionais de vida e trabalho e, não pela posse do capital econômico, pode ser uma narrativa eficaz para se destacar o que há de mais peculiar. Fazer-se notar por seus atributos peculiares, ressaltando o que é inerente e próprio do grupo ao qual se pertence, pode resultar em êxitos nas disputas políticas que envolvem a permanência nos espaços que são habitados desde a inserção histórica do grupo em seu lugar, seu espaço. Nas disputas inerentes à cidade grande é importante compreender que “o decisivo é que a vida citadina metamorfoseou a luta com a natureza por obtenção de alimento em uma luta entre os homens, de sorte que o ganho que se disputa não é concedido pela natureza, mas sim pelos homens” (SIMMEL, 2005 p. 587).

Nesse sentido, pelo fato de a cidade grande ser o espaço do cosmopolitismo⁵ e integrar uma diversidade de realizações na luta pela valorização de alguma forma distinta de existência com preponderância do espírito subjetivo, é fundamental invocar a singularidade e a particularização. Conforme observamos anteriormente, a consciência do homem é estimulada por meio da diferenciação das impressões e o ambiente citadino oferece condições e oportunidades para a construção e a preservação de existências anímicas diversas. A cidade, em nossa concepção, nesse momento, tem como “função [...] fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação” (SIMMEL, 2005, p. 589). Essa unificação, para nós aqui, não significa homogeneização e, sim uma forma de reconhecimento de que um organismo vivo, como a cidade, é composto de vários grupos e de indivíduos, que num todo representam um mundo social.

Para discutir como a memória torna-se elemento fundamental nos processos de leitura do espaço, lembramos a questão de que é através da produção do espaço que o capital se realiza, entendendo a constituição do urbano como negócio. Ainda, devemos considerar que a existência de grupos e indivíduos no espaço social é a metáfora do espaço físico. Quando se faz apropriação do espaço, se acaba

⁵ “Maneira de viver e pensar que tem forte capacidade de adaptação a diferentes hábitos”

espelhando naquele espaço o que está acontecendo na cidade. Essa construção, não raro, envolve remoções e tentativas de apagamento das memórias que os espaços abrigam e, dessa forma, todos aqueles que têm acesso a esses lugares são privados de conhecer e reproduzir tais memórias. Diante dessas tensões sociais, nascem as disputas sociais e políticas.

Certos grupos estão dispostos no espaço, que não é só físico, mas também se caracteriza pelas pessoas, indivíduos, grupos de memórias, aglutinações e associações. Esses grupos disputam o espaço, querem continuar ocupando os mesmos locais e, nessa luta, se acionam vários elementos, entre eles, a memória, que elegemos como eixo desta pesquisa. Pensaremos de que forma a memória aparece como instrumento na luta pelo espaço no cenário político de uma grande cidade. Antes de iniciarmos essa discussão, propomos pensar em alguns aspectos teóricos com relação à memória.

O conceito de memória, já de início, nos remete a ideia de reprodução, a qual pode ocorrer de diversas formas e com intencionalidades diversas, mas é necessário que haja vontade de memória, pois ela não é espontânea. Pode parecer um fenômeno individual, mas Maurice Halbwachs por volta dos anos 1930, já alertava sobre o caráter social da memória, pois somos influenciados pelos grupos aos quais pertencemos. Nesse sentido, o autor observa que:

A representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas. Ou seja, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior". (Halbwachs, 2006, p. 61)

Sempre permeada pela vivência, podemos considerar que a memória é também um processo seletivo e está em dialética com o esquecimento. Não é possível lembrar-se de tudo e, ao ser construída, a memória é o que se escolhe para representar uma identidade, que por sua vez, traz um sentimento de pertença subjetiva dos indivíduos. Nesse sentido, Michael Pollak diz algo que nos parece fundamental nesse momento: "o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros" (POLLAK, 1992, p. 5). A questão da subjetividade nos é relevante, pois, por sermos sensíveis ao componente simbólico, consideramos que a memória se constitui no campo da experiência, da vivência,

numa interação com o social. Para algumas reflexões a esse respeito, tomaremos como base a perspectiva de Pierre Nora sobre a importância dos lugares de memória. Para o autor, a memória é vivenciada no íntimo, porém precisa de dispositivos externos, quais sejam, “referências tangíveis” (1993 p. 14), capaz de evocá-las e cristalizá-las.

Com essas considerações, retornamos à questão da ocupação de determinados espaços por grupos específicos que, para se manterem, recorrem a discursos valorizadores de seus hábitos tradicionais. Inseridos num ambiente citadino, por exemplo, produzem suas memórias, ressignificando práticas e rituais que fazem questão de manter, utilizando-se do discurso do aspecto cultural e estético, dessa forma romantizando esse bem simbólico e articulando uma compreensão do que é diferente, buscando reconhecimento político da particularidade cultural. Nesse sentido, para alguns grupos é essencial se apoiar no lugar onde essas memórias se fixam. Conforme observou Pierre Nora, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (1993, p. 9). Por isso, consideramos ser tão essencial a preservação de determinados lugares que abrigam memórias. Estrategicamente, se as narrativas memoriais dos grupos que habitam esses lugares entram no cenário político e despertam interesse no campo científico, elas se cristalizam e, eventualmente, tornarem-se importantes. Segundo o próprio autor, essas “biografias de anônimos”, são o “meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada” (1993, p. 20).

Se pensarmos, sob a perspectiva de Pierre Nora, os lugares são revestidos de uma “aura simbólica” (1993, p. 21) e asseguram a consubstancialização de uma memória que poderia ser vaga, garantindo, assim, a transferência das experiências vividas para outras gerações e para outros grupos. É sobrevivendo às transformações através do tempo, apoiadas nos lugares, nos utensílios de memórias e nos acontecimentos locais comemorativos carregados de simbolismo, que grupos se tornam atraentes: “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p. 22).

O autor aponta também um aspecto que nos remete ao nosso objeto de pesquisa que seriam os “lugares refúgio, santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio [...] coração vivo da memória” (1993, p. 26). Diferentes

dos locais espetaculares, gloriosos, majestosos e frequentemente colocados e construídos com propósitos oficiais, os recantos de memória não têm muitos referentes na realidade. “Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p. 27).

Justamente por pertencer ao campo simbólico, a um campo de significações, é que, ao adquirir um discurso valorizador de práticas, rituais e elementos imateriais como um meio de vida e produzir uma consciência do que é diferente, a memória pode ser capaz de servir, nas relações de poder, para ocupar determinados espaços. Elas se mantêm porque partem de um grupo que se esforça para conservá-las e ressignificá-las de acordo com as conjunturas do presente e se aproveita da dimensão política de memória do Estado.

Capítulo 3

Articulando memória e identidade

A questão chave que colocamos para o terceiro capítulo é como esse grupo se organiza para conseguir permanecer nesse espaço e qual estratégia utilizam para se articularem com a prefeitura, os moradores, outros comerciantes do espaço e os clubes que cercam a lagoa e terem a visibilidade junto à imprensa e Associação de Moradores do Jardim Botânico. O grau de articulação abrange também a forma de construir um discurso de identidade, mediante as memórias que procuram preservar. Podemos considerar o Núcleo Lagoa um microcosmo completo, com uma história, uma cultura, uma vida social, e características estéticas, emocionais e morais. É uma unidade estrutural e funcional na medida em que o conjunto das operações rotineiras desses pescadores são distintas do espaço citadino no qual ela está inserida, o qual tem como características o ritmo nervoso, a inconstância e a rapidez da vida econômica, profissional e social. Nesse sentido, os habitantes e outros que circulam nesse espaço não costumam olhar de forma sensível para o Núcleo Lagoa. Não raras vezes, sequer sabem quem são, o que fazem e há quanto tempo habitam esse espaço. Essa indiferença impossibilita distinguir a particularidade desse grupo inserido em um dos cartões postais mais famosos do Brasil. Talvez esse exemplo seja a forma mais fácil de ver o que examinamos no Capítulo 1, ao mencionarmos o caráter *blasé* que Simmel observa.

Conforme colocamos anteriormente, ao ser institucionalizada a colônia passa a receber atenção do Governo e respeito dos demais segmentos da sociedade, pois há uma correlação imediata entre um grupo constituído respaldado pela lei e a atenção a suas reivindicações por direitos. Mas para isso, a colônia precisou posicionar-se de forma diferenciada, resistir e lutar pela permanência no espaço e, nesse sentido, duas categorias foram recorrentes nas falas de alguns desses pescadores: a retirada do Núcleo Lagoa e a importância da dragagem do Canal do Jardim de Alah, pois a renovação da água é essencial para a vida nesse ambiente e, conseqüentemente, para a continuidade da pesca no local. Falaremos sobre essa questão posteriormente, porém o que nos interessa aqui é observar que a resistência e a luta se intensificaram com a representação de um fundamental articulador, Pedro Marins, que por quatro anos foi capataz e posteriormente tornou-

se presidente da colônia Z13, cargo no qual permaneceu por seis anos, até a data de sua morte em 04 de setembro de 2016. A presidência, após a morte do Pedro Marins, foi assumida pela pescadora Kátia Janine e ela, até a próxima eleição em 2018, pretende dar continuidade à administração anterior.

Para a continuidade da análise do quadro social representado pela Colônia de Pescadores Z13 – Núcleo Lagoa, propomos algumas reflexões sobre memória e o quanto ela é importante para a construção das identidades. Para isso, iniciaremos nosso raciocínio com algumas colocações de Halbwachs sobre sofrermos influência do meio social. Ele nos apresenta o conceito de “leis da percepção coletiva” e, nela há uma lógica de percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e combinar as noções que lhe chegam do mundo exterior. Para o autor, os quadros sociais são sistemas de valores que unificam determinados grupos que podem ser familiares, religiosos, de classe social e, em nossa pesquisa, é o Núcleo Lagoa. A população de pescadores nesse lugar não é abrangente, porém, a força do vínculo em torno da pesca nos parece ser aspecto fundamental da identidade desse grupo. Ele apresenta-se aparentemente de forma homogênea e se mantém ativo há mais de 90 anos fazendo parte da identidade desse espaço e da cidade do Rio de Janeiro.

É importante lembrarmos das transformações dos últimos anos, já mencionadas no Capítulo 1, vivenciadas por eles no campo das relações sociais, pois, apesar de a pesca ser a atividade principal dessa colônia, devido a condição urbana da lagoa e a sua fauna única, esses pescadores precisaram, para sua sobrevivência, se adequar às necessidades que a própria cidade lhes impõe e reordenar sua narrativa sobre o lugar, bem como sobre a importância deles naquele espaço. Dessa forma, a produção e reprodução das memórias da colônia de pescadores foram afetadas e ela sofre um processo de resgate do passado, recriando essa temporalidade através das lembranças. Nesse lugar polissêmico, da ordem do afeto, construído, vivido, qual mito buscam preservar? Um único “eu” já não representa diferentes papéis em circunstâncias tão desiguais, em momentos tão distintos. Por acreditarmos que a identidade tem um teor simbólico e também social, ao interagir com a cidade o grupo constrói a posição a partir da qual pode participar. Nesse sentido, procuramos observar a maneira como essas identidades são formadas e os processos de memória que estão envolvidos nessa articulação.

É possível observar uma mudança na perspectiva para o futuro na medida em que as memórias vão sendo construídas a partir das relações sociais. Jô Gondar nos faz refletir sobre o quanto, quando falamos de memória social, forças, interesses, vontades, se conjugam traduzindo-se numa relação de poder. O que está em jogo no presente é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se deseja, de modo a construir uma estratégia para consolidar, no caso do quadro social desta pesquisa, uma identidade de pescador mediante as influências do meio social cidadão. Para isso, a permanência nesse lugar é imprescindível. Nesse sentido, a função do enquadramento, conforme Hallbwachs coloca, é trazer um sentimento de pertencimento que busca uma maior integridade das memórias coletivas produzidas nesse lugar. Podemos observar que o que caracteriza a tradição no grupo e dá força à identidade de pescador é a prática continuada da atividade de pesca, apesar de ela não ser a única atividade de alguns dos vinte pescadores do núcleo. Alguns, para viverem melhor, tiveram outros empregos e a pesca era praticada para um reforço na renda. Apesar disso, como também pôde ser observado em outras colônias, como a de Jurujuba, em Niterói, “a representação da continuidade, da não-ruptura, na alteração de seu papel nas relações sociais de produção é o eixo da identidade de pescador” (DUARTE, 199, pg. 150). A prática econômica da pesca tem uma ideologia que lhe é peculiar. O funcionamento e o eixo desse quadro social está alicerçado na representação que esses agentes fazem de sua atividade pesqueira. Um outro dado observado com relação a esse processo produtivo é a liberdade que a profissão permite ter, por se tratar de uma forma autônoma de trabalho. Os pescadores saem pescar quando querem ou acham conveniente, no local que considerarem melhor. No caso da pescaria na lagoa, porém, o trabalho tem de ser feito necessariamente à noite, pois o movimento de caiaques espanta os peixes.

Reforçamos, nesse momento, a condição própria desse grupo tradicional que está inserido em um ambiente urbano e metropolitano. Nessas circunstâncias, as memórias não preexistem de maneira simples, mas múltiplas e registradas em diversas variedades de signos. Hallbwachs observa que:

[...] o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas, em tais ambientes. (HALLBWACHS, 2006, p. 87)

Foi possível notar que o sujeito social mais instruído, nesse caso o pescador Pedro Marins, foi quem se propôs a preservar e representar o grupo de forma mais efetiva, transmitindo aos demais quadros sociais com os quais conviveu, suas tradições, experiências, posicionamentos políticos e costumes na atmosfera bucólica que a colônia inspira. Diante da permanência nesse espaço valorizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, o Núcleo Lagoa não nos parece ser uma entidade frágil e a colônia não se mostrou passiva às tentativas de extinção. Sua voz ecoa essencialmente no âmbito governamental local, na Subprefeitura e na Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMAJB). A autonomia de discurso nas articulações dessas lutas sociais de reconhecimento, proteção, fortalecimento de sentimentos locais, parcerias com pesquisadores e associações é uma forma de resistência política e fortalecimento da identidade.

Hallwachs observa, também, que “em cada época há uma estreita relação entre as atitudes, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares em que esse vive” (2006). Refletindo sobre a era pós-moderna, quando várias partes do globo são postas em interconexão através do ciberespaço, manter a identidade de pescador com traços de outrora, os costumes, as maneiras de falar, torna-se desafiador e angustiante. Nesse sentido, o fato de esse grupo social tradicional estar legitimado, por tratar-se de uma instituição constituída, com um presidente e, no caso da lagoa, um capataz, é uma chancela que viabiliza a mediação com seu entorno e auxilia na construção das memórias e identidade desse grupo.

Pomian nos faz refletir sobre a construção de memórias:

A sociedade em que vivemos, virada para o futuro, mantém, no entanto, relação com o passado, as quais são tão importantes para ela como eram para as sociedades que a antecederam, mas de caráter muito diferente. De fato, estas reações fundam-se, não numa tradição que age de maneira espontânea, sem que alguém cuide de perpetuá-la, mas num programa explícito de conservação dos suportes materiais da memória coletiva e da sua restauração no seu estado original sempre que possível. (POMIAN, 2000, p. 515)

Os mecanismos de transmissão de memória são diversos e a arte da memória é uma arte da linguagem através de narrativas (POMIAN, 2000). Elas podem ser construídas na dimensão da oralidade, através das histórias dos sujeitos mais antigos do grupo, relatos e canções; na dimensão da escrita, como observa Le Goff, com documentos em suas diversas formas, e na dimensão imagética, com

fotos, filmes, documentários e objetos que falam sobre nós mesmos. Pierre Nora fala da “relação triádica” entre objeto, imagem e relato e da importância do lugar de memória. Ele observa que a “memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (1993, p. 09). Nesse sentido, os vinte pescadores do quadro social analisado, voltam-se para questões relativas às práticas da pesca e buscam legitimar, proteger e conservar seu espaço de atuação. As lembranças comuns compartilhadas são constantemente reconstruídas, com uma forte carga emocional, voltadas para o futuro e a manutenção da pesca artesanal. O pescador Orlando Marins relata que o ritual da pesca é o mesmo desde o início. Na época de seu avô, Manoel Marins, usavam outro tipo de rede, feita de tucum ou barbante e, com a modernidade passaram a utilizar a rede de nylon, considerada mais econômica, leve e resistente. A pesca continua artesanal e, nesse regime de produção, usam os barcos a remo como herança ideológica das formas antigas e, apesar de terem lanchas, elas são empregadas para outras atividades, como em pesquisas, na coleta de materiais para análises pelos órgãos ambientais e universidades, em reportagens e no apoio náutico para eventos e passeios.

Um fator importante no processo de permanência nesse setor de pequena produção mercantil parece ser uma dificuldade de se alterar as condições de produtividade no processo de trabalho, pela impossibilidade de se colocar uma traineira, por exemplo, dentro da lagoa. Segundo os pescadores, não há condições para a pesca predatória nesse espaço limitado, que pode ser comparado a um grande aquário. Nesse sentido, observamos nas falas e memórias desses pescadores a noção sobre a importância da renovação da água para a biodiversidade que a lagoa abriga. Diretamente ligado a isso está o manejo do Canal do Jardim de Alah, a única conexão da lagoa com o mar. Conforme observou em seu estudo recente, Maria Lorena Otero observa que, além da renovação da água, é por esse Canal que algumas espécies de peixes conseguem penetrar nessa lagoa e essa questão envolve um conflito de interesses que engloba, além dos pescadores, gestores públicos, técnicos e laboratórios. Essa não é uma questão recente, ela se arrasta por mais de cem anos, sem que se chegue a um consenso (OTERO, 2015).

As comportas e canais foram projetados por Saturnino de Brito há aproximadamente 100 anos e as questões relativas ao Jardim de Alah estão relacionadas ao manejo dessas comportas, à construção de um quebra-mar para

melhorar a troca da água entre o mar e a lagoa e à proibição da construção dos dutos afogados, projeto nunca antes realizado no mundo, uma vez que foram detectados muitos problemas técnicos que impediriam a entrada de peixes na lagoa. A Colônia de Pescadores Z13 participa formalmente da gestão da Lagoa Rodrigo de Freitas por meio do Subcomitê da LRF (Lagoa Rodrigo de Freitas) e se envolve nos conflitos atuais pelo manejo desse sistema na forma que existe hoje (OTERO, 2015). Consideramos essas questões (entre outras), que fazem parte de um jogo de forças constante no qual interesses de instituições, gestores, técnicos, remadores, pescadores e moradores formam tensões, acordos e divergências.

Podemos pensar que no campo da memória social, as disputas se dão sempre na dimensão política e que a mobilização e a forma como os discursos e as representações são utilizadas podem ter intensidade e possibilidades diversas. Apesar da gestão do Canal do Jardim de Alah ser uma das maiores lutas atuais dos pescadores, há outra situação no quadro social aqui apresentado em que as disputas de memória são intensas e dizem respeito à permanência do Núcleo Lagoa. As ações do presidente da colônia de pescadores, Pedro Marins, mantiveram viva a imagem da colônia no bairro, seu reflexo no município e essas ações visaram orientar e influenciar as disputas. Nesse sentido, temos um fato na data de 02 de julho de 2015, no qual a AMAJB (Associação do Moradores e Amigos do Jardim Botânico) iniciou uma ação no Ministério Público Federal nº 00720217720154025101 na 29ª Vara Federal, com custo zero para a colônia, para impedir a montagem de arquibancadas sobre o espelho d'água da lagoa. A intenção do Estado, através do COB (Comitê Olímpico Brasileiro), era a retirada da colônia para a construção de arquibancadas para o público dos Jogos Olímpicos. AMAJB e a presidência da colônia, unidos, apresentaram alternativas para essa possível retirada. Essa estratégia de negociação, legitimada por representações no âmbito legal, interfere na decisão de prioridades no campo social. Jô Gondar nos apresenta uma colocação que nos ajuda a compreender como são vivenciadas as relações sociais e a resistência, como, por exemplo, na ação judicial aqui apresentada, um entre diversos marcos sociais das memórias coletivas desse grupo:

Quando o discurso passa a ser abordado em função de sua [...] relação com o social, [...] e revela as forças que regulam seu funcionamento e as condições ideológicas de sua emergência, [...] traz [...] compreensão das construções memoriais, identitárias e culturais que nações, grupos, povos e comunidades projetaram para

si, no presente, e para os demais, no futuro. (JÔ GONDAR, 2005, p. 87)

Outra ação que veio num momento político crucial foi a do vereador Carlo Caiado, protocolada na Câmara em 29/06/2015, para a transformação da pesca artesanal em Patrimônio Imaterial Cultural do município do Rio de Janeiro. O pedido ao vereador para essa patrimonialização foi feito pelo presidente da Z13, Pedro Marins. Apesar do esforço, o projeto do vereador foi vetado pelo Prefeito Eduardo Paes, pois, segundo ele, o ato deveria ter partido do poder executivo, e não do poder legislativo.

Novamente, podemos observar que ações políticas, com tensões e interações fazem parte das disputas de memória e, conseqüentemente, do constante processo de construção das identidades. Nesse sentido, ressaltamos a simultaneidade nos processos intersubjetivos de construção das memórias coletivas, pois vimos as ações e pleitos em defesa daquele espaço, representações legais a favor da permanência do grupo, iniciativas com objetivo de dar visibilidade ao valor das práticas tradicionais de pesca e ao conhecimento único sobre a lagoa que só eles detêm, além de, dentro do próprio grupo, iniciativas para participação em projetos referentes à lagoa, que veremos posteriormente.

Quando falamos de memória, falamos também em esquecimento, em critério de seleção: o que se quer lembrar e o que se quer esquecer. As razões que levam ao silêncio, ao “não dito”, podem ser muitas e algumas dessas razões podem ser a angústia de não encontrar quem escute; a punição por aquilo que se diz; o cuidado de não se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989). Essas memórias subterrâneas de lembranças traumatizantes habitam a fronteira entre o dizível e o indizível de alguns grupos minoritários e no quadro social aqui apresentado isso não é diferente.

Três acontecimentos são guardados nas estruturas de comunicação informal da colônia. Um deles diz respeito a retirada dos pescadores de suas casas por ato do governador Carlos Lacerda, que pôs em prática um programa de erradicação das favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. O outro foi a prisão, pelo DOPS, de Lauriano Marins, já falecido, na época da ditadura militar no Brasil, por ele ser um pescador que defendia a colônia e as moradias dos pescadores na Ilha das Dragas, junto com a Associação dos Moradores, na época. Não houve acordo, as moradias foram retiradas e as residências dos pescadores foram transferidas para os bairros de Cidade de Deus, Vila Kennedy, Cordovil, Senador Camará e para o município de

Nova Iguaçu. O pescador Orlando Marins tinha 13 anos na época das remoções e diz ter sido este um evento “muito marcante, um passado de violência”. Ele conta ainda: “Lembro também de 1973, da remoção de palafitas. Ficamos desabrigados”.

As remoções foram um importante marco na memória coletiva do grupo, pois transformou o local em *colônia de passagem*, ou seja, os pescadores passaram a morar longe do espaço. Os relatos dão conta de que o terceiro episódio marcante, foi um incêndio criminoso que aconteceu em 1978. O prefeito Marco Tamoio havia construído um barracão de madeira que tinha 9 boxes e abrigava material de pesca e roupas. No mesmo ano, um incêndio destruiu o barracão, queimando tudo o que os pescadores tinham, inclusive material de pesca. O incêndio foi provocado por uma desavença entre o pescador Nélio, já falecido, com bandidos da Cidade de Deus e os bandidos pensaram que a colônia pertencia ao Nélio. Vieram atrás dele, mas como não o acharam, renderam os pescadores que estavam do lado de fora, jogaram gasolina no barracão e atearam fogo na colônia.

Os pescadores ficaram em um barracão de lona até a autorização, em 1979, para a construção de dois flutuantes e, em 1982, de mais dois barracões, erguidos com autorização da Diretoria de Portos e Costa da Marinha, na antiga favela da Ilha do Piraquê, onde hoje fica o Clube Naval. Com o tempo, novos arranjos foram encontrados e, atualmente, todos ali trabalham num sistema de rodízio: grupos de pescadores se revezam e passam alguns dias na colônia e alguns dias em suas residências. Nesse sentido, podemos observar que habitar é ser, ou seja, mesmo com a moradia num bairro distante, a construção da identidade desses pescadores está visceralmente ancorada no lugar onde vivem uma parte substantiva de seu cotidiano.

Esses acontecimentos pelos quais passaram alguns desses pescadores são lembranças carregadas de tristeza e o que foi esquecido parece habitar camadas profundas da memória do grupo de que tratamos aqui. As disputas de hoje não deixam espaço para essas lembranças traumáticas vividas por gerações anteriores, das quais restam apenas alguns poucos testemunhos dos fatos. Os testemunhos reforçam que o perdão e o esquecimento, de fato, vieram com o tempo. Quando falamos de esquecimento, podemos pensar que o tempo pode trabalhar a favor ou contra e quando falamos de memória, o esquecimento e o perdão podem vir com o tempo ou podem contribuir para reforçar a amargura (POLLAK, 1989). É possível

observar que a memória está numa posição dialética com o esquecimento e, no campo da experiência, Nietzsche fala sobre a “digestão psíquica, sendo necessário que o homem se entregue ao esquecimento” para gerar o novo (JÔ GONDAR, 2005, p. 62), em um processo de identificação que elege o que se quer lembrar, o que se quer evidenciar.

Mesmo diante de tantas transformações vivenciadas por esse grupo tradicional na era pós-moderna, o essencial é que “subsistam os traços pelos quais ele se distingue dos outros e que estejam marcados em todo seu conteúdo” (HALLBWACHS, 2006). A memória coletiva do Núcleo Lagoa, seus costumes e práticas tradicionais ainda persistem e são reconstruídas com o passar do tempo pelos indivíduos desse coletivo. Podemos observar que o que mudou foram as relações e os contatos do grupo com outros grupos. Essa memória, segundo Myrian Sepulveda, se forma e é renovada devido a laços de solidariedade entre os indivíduos, construídos através de elementos comuns simbólicos (2003).

A questão religiosa representa um marco cerimonialmente respeitado. A festa de São Pedro é “uma festa, um santo, para todos os pescadores” (DUARTE, 1999, pg. 45). Podemos entender a Festa de São Pedro como um ato simbólico que reforça a identidade, uma vez que esse santo católico é considerado o protetor dos pescadores. Segundo relatos de Pedro Marins, em entrevista no dia 07 de janeiro de 2016, essa festividade ficou durante aproximadamente 15 anos sem acontecer. Quando havia as comunidades em volta da lagoa, os pescadores comemoravam o dia de São Pedro, que era um santo para todos os pescadores e núcleo da participação compartilhada por eles. Realizavam corrida de barcos, armavam barraquinhas de comida e realizavam uma missa. Com a remoção das comunidades e ausência dessas pessoas, a festa não mais aconteceu e isso permaneceu por mais de 15 anos. Silenciada, representava também a dor sofrida com as remoções.

O resgate identitário desses pescadores passa por um marco social: a retomada, em 2013, da comemoração do dia de São Pedro, uma festa essencialmente católica. Novamente, a atuação de Pedro Marins foi crucial. Com incentivo de Tamar Bajgielman, doutora em Antropologia, pesquisadora, amiga, parceira e importante elo entre o Núcleo Lagoa e o poder público, sobre quem falaremos mais adiante, e com o apoio do Comandante Viveiros, Chefe do Departamento Náutico do Clube Naval, a Colônia Z13 se mobilizou e o presidente

Pedro Marins foi até a Pontifícia Universidade Católica (PUC) conversar com o padre Alfredo Sampaio e pedir para que ele celebrasse a missa da festividade no Núcleo Lagoa. Ele ficou muito feliz com o convite, pois, segundo Pedro Marins, o dia de São Pedro foi a data de sua ordenação e ele tem grande devoção ao santo. No dia dessa festa, cada pescador, por orientação do padre, deveria levar um material de pesca para ser benzido. Podemos perceber com isso, um avivamento de uma representação de tradição, inclusive para todos os pescadores do Brasil, trazendo uma sensação de continuidade e legitimidade nesse realinhamento sutil e gradual, na retomada de um importante lugar de memória: a prática que resiste. O padre Alfredo também deu de presente ao Núcleo Lagoa imagem do santo, que fica num altar localizado num ambiente coletivo no local. Mais uma vez, lembramos a importância de se enraizar a memória no concreto, na imagem, no objeto. Mesmo com a presença de indivíduos de outras religiões, como umbandistas e evangélicos, no momento da comemoração de São Pedro, um santo católico, todos se fazem presentes independentemente de sua crença. Halbwachs não vê a religião como fenômeno e, sim, como jogo de memória. Considerando que na religião o “eu” é coletivo, ao participar da comemoração os pescadores estão reforçando o traço, a marca, o evento que faz parte da experiência do grupo. Para alguns pescadores, estar ali é lembrar, pois já viveram essa festa, a única realizada no núcleo. Mais uma vez, a teoria de Halbwachs nos faz observar que os grupos sociais encaminham o que deve ser lembrado, nesse caso, a tradição e a união dos pescadores. A realização da festa de São Pedro pode ser compreendida como uma das formas com as quais eles constroem o discurso de unidade e identidade.

A tradição, transportada por gerações através das correntes de memórias coletivas, é o registro de outro tempo e é na sua repetição que se constituiria nossa identidade. O simbolismo dessa festa tradicional marca também a identidade do pescador, pois, de certa forma, é um apelo ao antecedente histórico e um elemento significativo de seu passado. Ao rememorar a festa e reproduzir esse passado, a lembrança que parecia esquecida, retorna e nesse momento o grupo a reconhece como fato vivido (HALLBWACHS, 2004, p. 67). A festa de São Pedro, hoje, encontra sua articulação simbólica com uma identidade evocada do passado, pensando o passado não como objeto determinado, mas como sensações que foram produzidas. Assim, as memórias se mantêm e as identidades são construídas.

Pouco tempo depois da festa de São Pedro, em 2016, na qual também foram reinauguradas as estruturas reformadas do Núcleo Lagoa, Pedro Marins faleceu, no dia 04 de setembro de 2016. Só o tempo poderá confirmar, porém, há a expectativa de a comemoração religiosa se tornar ainda mais importante, pois ela será também um momento para relembrar a importância desse pescador, importante articulador político, que conseguiu dar visibilidade ao grupo. Nesse sentido, por ventura pudemos perceber, como o presente orienta a leitura do passado e um fluxo mais dialético entre passado, presente e futuro.

De volta à retomada da festa de São Pedro, perguntamos por que foi necessária a intervenção de uma pessoa que não pertence ao grupo, uma mediadora, para que se desse a ativação dessa memória religiosa. A autonomia de discurso não é absoluta em nosso caso. Não é que não possam representar a si mesmos, mas a contribuição externa, especificamente de uma pesquisadora que se posiciona como admiradora do trabalho que realizam, que ajuda nas questões relacionadas ao poder público, pode trazer uma outra percepção sobre a realidade.

Tamar Bajgielman conheceu a Colônia no ano de 2000, quando retornou da Inglaterra onde concluiu seu mestrado em etnobotânica. Desde então, começou a ajudar o Núcleo, prestando assessoria e orientando-os estrategicamente, tornando-se ainda mais ativa a partir da presidência da Kátia. Tamar Bajgielman nos relata em entrevista que possui um espírito comunitário e, conhecendo o Núcleo Lagoa, tornou-se ativista em defesa do grupo. Katia se associou à AMAJB, pois sabia que dessa forma poderia ajudar ainda mais. Ela reforça que essa aproximação com a Associação de Moradores e com grupos, como o da Faculdade de Direito da UERJ, foram fundamentais para reforçar a posição da Colônia diante dos conflitos de interesses que envolvem esse espaço.

Tamar Bajgielman nos conta que, através da associação de moradores, ela convidou associados e moradores do bairro para participarem da comemoração do Dia de São Pedro. Segundo sua percepção, como os pescadores já tinham sido expulsos do espaço várias vezes, eles se sentiam numa situação muito precária e viviam muito discretamente, acreditando que a melhor política era se esconder, ficar quieto, pois assim ninguém mexeria com eles. Em nossa percepção a cerca da questão da identidade no contexto social, num dado momento, a estratégia era se esconder e apagar as identidades que fugiam da homogeneidade pretendida. Com o

passar do tempo, em uma outra época, tornar-se visível no cenário político era necessário nas disputas, conflitos e reivindicações. Esse movimento de valorização das identidades veio de fora, trazido pela ideia de não se esconder. Tamar Bajgielman, como agente externa, mostrou que o ideal era justamente o oposto do que vinha sendo praticado e que eles precisavam mostrar que existiam, que estavam ali há muitos anos e precisavam, juntos com o bairro do entorno, preservar a lagoa, mostrando a todos que a Colônia de Pescadores é peça imprescindível nesse trabalho de conservação. Nesse momento, o Heitor Wegmann, presidente da AMAJB, entrou nesse circuito e passou a ser, assim como Tamar Bajgielman, peça chave na intermediação entre a colônia e o poder público.

Wegmann, pela falta de proximidade, também não tinha uma boa impressão do Núcleo Lagoa e conta que “não olhava muito com bons olhos a colônia de pescadores, pois tinha aspecto de favela, abandonado”, e se questionava como a deixaram ficar tão abandonada. Lembra-se que o pai costumava parar para saber sobre o pescado e isso é algo que faz parte de sua infância. A partir de então, se posicionou em defesa desse grupo já no que diz respeito à remoção na época das Olimpíadas. Ele acabou “comprando” a luta pelo espaço e abriu representação no Ministério Público, através da AMAJB, para impedir a montagem das estacas das arquibancadas e a remoção do Núcleo Lagoa, conforme o Comitê Olímpico planejava. O subprefeito da época era Bruno Ramos, que foi informado do significado dessa Colônia e de sua importância para a conservação e equilíbrio da Lagoa Rodrigo de Freitas. Ramos passou a conhecer também a seriedade como é tratada a questão da mortandade e a disponibilidade dos pescadores sempre que são solicitados para ajudar nas questões referentes a pesquisas e trabalhos desenvolvidos na lagoa. No ano de 2012, juntamente com a antropóloga Tamar Bajgielman, o presidente da colônia e os pescadores do Núcleo Lagoa já haviam começado a elaborar as planta baixa e alta de uma possível reforma das estruturas, com as mudanças de acordo com as demandas dos próprios pescadores. Esse foi o projeto apresentado ao subprefeito da Zona Sul do município da cidade do Rio de Janeiro que, em 2015, sugeriu a solução. Duas emissoras, uma da Suíça e outra da Austrália, como contrapartida para a obtenção da licença de construção de sua antena para os jogos Olímpicos de 2016, no Arpoador, concordaram em realizar a reforma da Colônia de Pescadores Z13 - Núcleo Lagoa, colocando em prática o

projeto já apresentado anteriormente pelo presidente da Z13, Pedro Marins. Durante esse processo a imprensa foi informada por Heitor Wegmann sobre essas questões e a divulgação nos veículos de comunicação também foi fundamental para dar visibilidade ao grupo e mostrar a importância de sua permanência naquele espaço.

Ao explicitarmos essas relações, queremos ressaltar que a colônia não está fechada em si, isolada do mundo, vivendo suas tradições. O Núcleo Lagoa, durante seus 90 anos de existência, demonstrou que seu modo de vida pode ser percebido e que a colônia é porosa aos acontecimentos externos, às pessoas e movimentos que estão ao entorno, ao poder público e aos diversos agentes que ajudam a construir o que ela é hoje. Os protagonistas dessa construção são os pescadores e é possível perceber que existem negociações, disputas e conflitos com participações externas. Do mesmo modo, é possível observar que enquanto alguns grupos conseguem o capital social mais amplo, há outros que não conseguem construir relações sociais com a mesma magnitude. No caso do Núcleo Lagoa, entendemos que, por sua localização privilegiada e pela luta constante dos pescadores para permanecerem nesse lugar, com o apoio da presidência da Z13 e de alguns agentes externos com ações estratégicas, suas relações foram se ampliando e se consolidando com o passar dos anos.

Gostaríamos de abordar um pouco mais a questão da reforma das estruturas do Núcleo Lagoa, concluído e inaugurado no dia 29 de junho de 2016, sob a perspectiva da força que o lugar tem para ancorar as memórias e identidades, percebendo como essas memórias são permanentemente tensionadas por experiências vividas e ressignificadas no presente. Dois personagens pertencentes a uma das primeiras famílias que se estabeleceram nesse espaço e que são bastante representativos, até meados do ano de 2015, estavam com um discurso bastante pessimista em seus relatos orais com relação à permanência e duração da colônia. Orlando Marins e Paulo Marins (sendo o Paulo o único que nasceu, cresceu e sempre viveu da pesca na lagoa), como porta-vozes de todo o grupo, aproximadamente em junho daquele ano, foram emblemáticos em suas narrativas: “esta colônia não vai resistir”.

Na última conversa informal realizada no dia 06 de janeiro de 2016, o pescador Orlando Marins já estava com outro discurso, muito mais otimista, devido à confirmação da reforma estrutural da colônia. Desde sua construção, durante vinte

anos, a estrutura não sofreu nenhuma reforma e o fantasma da retirada da colônia daquele espaço tão essencial para o grupo estava sempre rondando e podia inclusive ser considerado o assunto principal nas narrativas e vivências diárias.

Nos processos sociais vivenciados pelo grupo organizado nesse espaço, podemos observar a mudança no discurso quando há a valorização do eu. Para esses pescadores, valorizar seu lugar é dar valor a sua cultura de pesca artesanal tradicional, uma forma de construir seu lugar na sociedade mostrando que o tradicional não precisa ser visto como antiquado. São, de fato, temporalidades diferentes coexistindo num mesmo espaço atual e em simbiose com a cidade. Nesse sentido, a observação do professor Andreatta reforça a importância e uma das principais dimensões utilitárias desse grupo para a Lagoa Rodrigo de Freitas: “A consciência dos pescadores quanto à preservação do equilíbrio no ecossistema lagunar contribui para que não haja sobrepesca, mantendo a estabilidade da produção pesqueira no local”. (ANDREATA, 1998, pág. 01). Heitor Wegmann também reforça a importância dos pescadores na lagoa, pois eles conhecem esse espaço desde antes do aterro, conseguem prever uma possível mortandade de peixes e “são os protetores da lagoa, a verdade é essa. A gente precisa deles e eles precisam da gente para que continuem aqui”.

A reforma, como ação, é ainda mais valorizada por ser a conclusão de um processo relativamente longo e trabalhoso que já vinha sendo elaborado há alguns anos. A Prefeitura, ao reconhecer a importância da preservação dessa colônia de pescadores artesanais, reforça a narrativa sobre a justificação de existência do grupo e o grande diferencial dos últimos anos foi justamente a forma de interagir com a sociedade civil e o poder público.

Diante da reforma concluída, é possível observar o ganho de confiança em si e a sensação de valorização, quando consideramos o indivíduo. Com relação a isso, podemos perceber, inspirados em Pierre Nora, que “essas biografias de anônimos são o meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada” (1993, p. 20). A cada alcance material de direitos institucionalmente garantidos dá-se maior valor social a esses indivíduos e, conseqüentemente, ao grupo dessa colônia. Dessa forma, é possível constatar que, segundo o ponto de vista de Pierre Nora, “relembrar e reencontrar o pertencimento, é princípio e segredo da identidade” (1993, p. 18).

O fato de terem tido sua estrutura reformada por intermédio da administração do município do Rio de Janeiro parece ser a garantia de continuidade e proteção. Essa ação traz a sensação de um sofrimento minimizado pelo afastamento do fantasma da retirada da colônia de seu espaço de trabalho e isso ativa reações emocionais muito positivas para todos os indivíduos e o grupo em geral, que parece se fortalecer. Lembramos que o espaço, enquanto vai sendo construído, também reflete a identidade. A revitalização da estrutura física do lugar é, portanto, uma forma de ressignificar, organizando o novo, embora mantendo aspectos humanos, que não se alteraram. Pensamos ser esta uma estratégia de resgate identitário, mantendo práticas para reafirmar a identidade, que é, também, uma identidade territorial.

Ora, ao falarmos de existência, a localização para a Colônia de Pescadores Z13 - Núcleo Lagoa é única. Se forem retirados desse espaço físico, não haveria configuração possível que substituísse a atual, haja vista que alguns pescadores, como Paulo Marins, nasceram, cresceram, vivem e trabalham nesse espaço há mais de 50 anos. “Para um grupo, perder seu lugar no recanto [...] seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser”. (HALLBWACHS, 2004, p. 138)

Gostaríamos de deixar registrado, também, o aspecto estético da forma como esses pescadores se vestem. No cotidiano, vestem-se de forma simples, geralmente estão sem camisa ou com camisa de malha e, na maioria das vezes, os pescadores mais antigos, como “seu” Pitu, usam camisa de botão bem aberta. O uso de boné é frequente, assim como o chinelo HavaianaTM. No mais das vezes, usam tênis e muito raramente usam sapato. Um símbolo estético observado em um dos pescadores, Orlando Marins, é seu colete e o crachá da Rio Águas, ligado à Prefeitura. Ele se reconhece como pescador de uma das famílias mais tradicionais, porém desenvolve o trabalho de controle de pescado desde 1998 e da qualidade da água há 15 anos. Tem orgulho de ser um pescador que mantém uma relação de ajuda mútua com a cidade, segundo seu entendimento.

Os pescadores praticam a recordação recorrendo também a documentos e publicações de trabalhos, matérias em jornais e revistas e fotografias relacionadas à Lagoa e ao Núcleo. A maior parte desse acervo está disponível para consulta no Núcleo Lagoa e o responsável pelo arquivamento desse material é o pescador

Orlando Marins, que está sempre disposto a recontar fatos e apresentar fotos e documentos a todos que visitam o lugar e se interessam em saber um pouco mais sobre as memórias do grupo. Documentos oficiais ficam a cargo da presidência da Z13, localizada em Copacabana, no Posto 6. O contar e recontar as histórias dos marcos sociais desses 90 anos de existência desempenha papel especial, principalmente como forma de organizar a consciência do grupo. Podemos entender que revisitar esses acervos seja necessário para inventar, manter e renovar a identidade.

Pelos processos de subjetivação os grupos vão construindo suas memórias, reforçando identidades ou trazendo consciência para novas escolhas identitárias diante das interações entre os grupos que formam a sociedade. Em nosso entendimento, os processos de subjetivação estão ligados à forma de se expressar por meio da linguagem e aos sistemas simbólicos que darão sentido a essas identidades. Nesta pesquisa, elas estão marcadas pela singularidade do grupo, a representação de um lugar comum e a especificidade do trabalho, que é a pesca artesanal.

Ter consciência de que grupos podem opor-se a hábitos contraídos, se esses já não fazem sentido para construção de um futuro ou para manter práticas que trazem alegria, sentimento de pertencimento, reter o que já não é, antecipar o que ainda não é, pode beneficiar a todos. Confiança com esperança na prática da autonomia do discurso pode mudar o rumo das memórias de um grupo, dependendo da forma como os indivíduos as transportam. Que marcas o tempo não é capaz de apagar? O que é possível mudar? No caso de nosso objeto de pesquisa, analisar de que forma os grupos tradicionais preenchem o tempo com experiências, conservam o lugar que traz sensação de estabilidade e mantêm práticas que reafirmem a identidade ajuda a entender a condição de existência dos mesmos, mediante as transformações cidadinas que traduzem processos urbanos de mudanças.

Adequar-se às necessidades que a própria cidade impõe é uma forma de sobrevivência, ressignificando a dimensão utilitária dos grupos tradicionais. Nesse sentido, durante entrevista com a antropóloga Tamar Bajgielman, foi possível observar essa questão quando o assunto são atividades paralelas, relacionadas à dimensão utilitária que esses pescadores poderiam desempenhar. Como exemplo, podemos citar o estabelecido de um convênio com a Siemens do Brasil no

recolhimento de garrafas pet (embora a iniciativa tenha durado pouco tempo), e a implantação de passeios com turistas durante o final de semana, quando não é possível sair para pescar. Nesse caso, a Colônia não ficaria tão abandonada nos finais de semana, momento em que os pescadores retornam para suas casas. Tamar Bajgielman relata que, durante muito tempo alguns pescadores resistiram, pois achavam que tinham que permanecer só na pesca, porque não poderiam ter uma dupla identidade: pescador e mais alguma coisa. Conforme mencionamos anteriormente, um único “eu” já não representa diferentes papéis em circunstâncias tão distintas, mas o mito que buscam preservar é o de pescador. O receio era de que, se fossem fazer alguma outra atividade, correriam o risco de deixarem de ser pescadores e de serem expulsos. Porém, a realidade nos faz perceber que as identidades estão relacionadas com a forma pela qual fazemos uso da história e da cultura para a “produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” e questões como “de onde viemos” devem ser substituídas por indagações referentes a “quem nós podemos nos tornar, como temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2003, pg. 109). Diante disso, Tamar Bajgielman se retraiu durante muito tempo, pois, ela conta já ter tido conflitos dentro do Núcleo, embora nunca por fazer algo que não fosse parte de uma demanda interna e apesar de ela acreditar agir cem por cento dentro do que o grupo reivindica.

Quando observamos as demandas do Núcleo, podemos perceber que há dissonância nas solicitações. Desse modo, chegamos a questões políticas internas, nas quais percebemos uma hierarquia muito clara que parte dos donos da pescaria, que são aqueles que têm barco legalizado pela Marinha do Brasil e equipamentos de pesca, como redes. Assim, a família Marins é considerada a mais significativa, pois detém quatro *pescarias*. É preciso chegar a um consenso na solução coletiva de problemas comuns a todos eles para, posteriormente, ampliar a discussão com a presidência da Z13. Uma situação que tem sido assunto nas “rodas” de conversa é que, no ano de 2017, haverá eleição para o novo presidente da Colônia de Pescadores Z13 e o Núcleo Lagoa é importante nesse processo, pois conta com boa parte dos eleitores que podem votar por estarem em dia com as mensalidades. Até o início de fevereiro de 2017, ainda não haviam chegado a consenso, pois a Kátia não confirmou sua candidatura. Ela, como pescadora do Núcleo, é quem mais está em

harmonia com as demandas do grupo. Ressaltamos também as questões dos possíveis projetos e convênios que poderão, ou não, ser realizados no ano de 2017 e dependerão do consenso entre os pescadores.

Outras questões que também pudemos observar dentro desse contexto social tem relação com as articulações entre entidades com as quais o Núcleo Lagoa precisa se relacionar. Lembramos que a Tamar Bajgielman sempre foi peça chave na condução desses últimos processos, porém ela nos coloca que durante muito tempo teve medo, por ser a única pessoa de fora do grupo fazendo e protocolando documentos em órgãos públicos e atuando como ativista. “Dava as caras” nas reuniões no clube de engenharia para pedir apoio contra determinados projetos. Ela conta que inclusive chegou a ouvir a opinião deles, que era favorável aos pescadores, e pediu para que isso constasse da ata de reunião da assembleia porque ela poderia pegar essa ata e entrar no Ministério Público. Ela relata que:

Vieram me falar: tem olheiro aqui, você não faça isso! Eu tive medo porque estava brigando com o pessoal da dragagem, brigando com interesses que eu nem sei quais são e as pessoas localizavam que eu era uma pessoa que atuava ali. Por exemplo, quando Pedro foi falar na questão da Colônia, sobre a entrada da água do mar e a temperatura, eu ouvi perguntar pelo outro lado: a Tamar tá aí? Eles acharam que aquela ideia tinha sido minha. Eu achava que as pessoas poderiam atribuir só a mim e eu seria alvo fácil quando discutíamos” (TAMAR BAJGIELMAN, entrevista 25/01/2017).

O não alijamento do poder político requer ações em conjunto com grupos que compartilham dos mesmos interesses e reivindicar reconhecimento das diferenças através de um discurso valorizador de culturas tradicionais pode representar mecanismo para manutenção de memórias que, com o passar dos anos, podem transformar-se em história. As lutas e tensões fazem parte desse processo e, nesse sentido, a representação que esses pescadores têm de sua prática de pesca tradicional e de sua posição no espaço social está intimamente ligada ao espaço físico que ocupam. Reconhecer a eficácia das ações da colônia para a Lagoa Rodrigo de Freitas é uma forma de construir um futuro e justificar as lutas pela construção e manutenção da identidade de pescador dentro do ambiente citadino.

Finalmente, a cidade, em nossa concepção nesta pesquisa, assim como em Simmel, tem como “função [...] fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação” (2005, p. 589). Essa unificação, para nós aqui, não significa homogeneização e, sim, é uma forma de reconhecimento de que um organismo

vivo, como a cidade, é composto de vários grupos, de indivíduos, que num todo representam um “mundo social” que “é também a representação e a vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 2001, p. 118).

Considerações finais

Após seis anos observando, entrevistando alguns atores desse grupo e, mais intensamente nos anos de 2015 e 2016, pesquisando documentos que fazem parte do acervo do Núcleo Lagoa, como matérias em jornais e pesquisas realizadas que dizem respeito à Colônia, bem como fotos produzidas pelos indivíduos do grupo e acervos disponíveis na internet, foi possível perceber a importância desse lugar, primeiramente para sobrevivência de cada pescador. Além da questão relacionada à subsistência, é nesse lugar que os indivíduos depositaram suas memórias por décadas. As histórias de três famílias foram construídas nesse espaço por quase cem anos. Algumas memórias e marcos sociais, como a festa de São Pedro, uma tradição religiosa que une os pescadores e que, hoje, já não representa lembranças de um passado carregado de tristezas pelas remoções, fazem parte de um resgate identitário com a ajuda de agentes externos, como a Tamar Bajgielman. Junte-se a isso a importância desse grupo para a preservação da Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade do Rio de Janeiro, local de prática de esporte e lazer, num bairro valorizado.

Para além das disputas políticas que envolvem as lutas pela permanência no espaço, esses pescadores são fundamentais porque detêm a memória e conhecimento profundo da lagoa. Se pensarmos que, a cada quatro ou oito anos, a administração pública muda e quando outro governo assume, muitas vezes o técnico que pretende dar continuidade ao trabalho ou instituir novas iniciativas não tem qualquer experiência nem vivência na Rodrigo de Freitas, perceberemos mais uma vez a importância desse grupo para o local. Uma nova administração municipal significa sempre um recomeço e ninguém conhece a lagoa como os pescadores, nem acompanhou as obras em seu entorno, ao passo que os formadores desse núcleo têm conhecimento aprofundado, inclusive ecológico, que poucos pesquisadores têm. Por exemplo, as pesquisas sobre a população de peixes na lagoa podem não demonstrar a realidade, porque, muitas vezes, a coleta é feita na beira da água e, ali, só há a espécie vulgarmente conhecida como *barrigudinho*. Os pescadores sabem onde as diferentes espécies estão e esse é apenas um aspecto relacionado a questões funcionais com o qual os pescadores estão sempre dispostos a colaborar.

Podemos considerar ainda o aspecto cultural. Ele se manifesta quando dá suporte à sobrevivência de um grupo tradicional que preserva uma forma de vida diferente daquela que podemos observar em metrópoles, que apesar de tantas transformações citadinas, preservam seus hábitos e costumes e, principalmente, a prática econômica baseada numa pequena produção mercantil, num trabalho autônomo, que se organiza de maneira própria e distribui seu produto de acordo com a sazonalidade das condições de produtividade. Em nossa percepção, isso também é cultura e engloba a forma de relacionamento entre as pessoas, os meios de produção e o meio ambiente.

Diante disso, nossa intenção foi perceber que no espaço é possível haver lugares carregados de significados os quais, coexistindo, podem ser compreendidos como mercado e meio de vida, na medida em que grupos se organizam e desenvolvem diferentes maneiras de se apropriar deles. Nesse processo, o jogo de forças causa tensões, sendo necessária a intervenção e a luta quando as transformações espaciais também fazem parte do cenário urbano. O fortalecimento de laços entre grupos e atores sociais que podem aumentar a resistência nessas disputas nos parece uma estratégia eficaz e, dentro dessa tática, manter-se informado para antever possíveis conflitos, preparando-se e se precavendo juridicamente, é um dos aspectos positivos do capital social de relações, o qual está relacionado aos lucros espaciais, que mencionamos no segundo capítulo.

Pudemos perceber nesta pesquisa a mudança de atitudes nos últimos 10 anos com relação aos hábitos contraídos por esse grupo que, primordialmente, está relacionada à descrição com a qual os pescadores viveram por muitos anos, atribuída ao medo de serem percebidos como indesejáveis, e a compreensão de que as identidades são marcadas pelas diferenças e podem adquirir um discurso valorizador a partir delas. Essa lógica de percepção foi imposta ao grupo de forma sutil e gradual. Esse nível de identidade local é marcado pelas representações que eles fazem de um lugar comum e da unicidade do trabalho que realizam em seu cotidiano, além da participação nos problemas partilhados.

Foi possível compreender que, entre as vinte e nove Zonas (Zs), a Z13 – as quais englobam Copacabana, Quadrado da Urca, Lagoa Rodrigo de Freitas, Pontal Tim Maia, Muzema, Camorim e Quebramar –, especificamente o Núcleo Lagoa, tem uma trajetória longa e consolidada. Essa ocupação remonta, na memória social, às

próprias origens do bairro e o fato de estar localizada no coração turístico da cidade do Rio de Janeiro faz com que as questões e conflitos inerentes ao espaço sejam peculiares, atuando de formas distintas, até mesmo dentro da própria Z13, que tem outras pescarias praticadas no mar. Nesse sentido, acreditamos que ainda haja um universo a ser pesquisado, utilizando parâmetros de observação como, por exemplo, a questão da preocupação com relação a possível compra das “pescarias” dos membros mais velhos desse Núcleo por pessoas que não têm uma identidade de pescador e que possam descaracterizar a Colônia; e como será o processo de ativação das memórias do que Pedro Marins deixou como legado e a maneira como as “leis da percepção coletiva” serão impostas daqui em diante – se de forma distinta ou dentro do caminho já traçado por dez anos pelo falecido presidente.

Referências Bibliográficas

- ALOMÁ, Patrícia Rodriguez. *O espaço público, esse protagonista da cidade*. Universidade Aberta da Catalunha. Artigo original via Plataforma Urbana. Tradução: Gabriel Pedrotti. Equipe ArchDaily Brasil. 2013. Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>> Acesso em: 01/12/2016.
- ANDREATTA, José V. Atividades pesqueiras na laguna Rodrigo de Freitas. Boletim do laboratório de hidrobiologia. V. 11 n° 01, 1998. Disponível em <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/blabohidro/article/view/2016>>
- ANTUNES, Fátima; SÁ, Virgínio. *Estado, escolas e famílias*. Públicos escolares e regulação da educação. Revista Brasileira de Educação, set/dez 2010 v. 15 n. 45, p. 484. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/06.pdf>> Acesso em: 17/04/2017.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. *Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos*. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 255-266, Maio/Ago. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/04.pdf>> Acesso em: 01/12/2016.
- BONAMINOL, Alicia. et al. *Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/07.pdf>> Acesso em: 01/12/2016.
- BOURDIEU, Pierre. *Espaço físico, espaço social, espaço físico apropriado*. Estudos avançados 27 (79), 2013.
- CAVALCANTI, Hannah C. T. *Espaços museais e memórias sociais na Zona Portuária do Rio: o Instituto dos Pretos Novos (IPN)*. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- DAMATA, Roberto. *A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Editora Rocco, 1995.
- DARDI, Carolina. *Memória social do espaço público nas favelas*. Uma uchronia chamada Manguinhos. Unirio, 2017, p.08.
- DUARTE, Luiz F. Dias. *As redes do suor*. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. EdUFF, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIA DA SEMANA. Atrações da Lagoa. Disponível em <<http://www.guiadasemana.com.br/rio-de-janeiro/turismo/pontos-turisticos/lagoa-rodrigo-de-freitas>> Acesso em: 01/12/2016.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução e organização: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes. 2003.

JELIN, Elizabeth. *¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?* Los trabajos de la memoria. España: Siglo Veintiuno editores, 2001.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Coleção Memória Carioca. 2001. Vol. 02. P. 54 - 56

LEFEVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Adriana Carvalho; FACINA Adriana. *Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas*. Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, n.6, 2012, p.193-206.

MARTINS, Carlos. *Estádio de Remo Lagoa: algumas considerações feitas por Carlos Martins*. Disponível em <<https://albertomurray.wordpress.com/2010/11/24/o-estadio-de-remo-da-lagoa-algumas-consideracoes-feitas-por-carlos-martins-www-remo2016-com-br/>> Acesso em: 01/12/2016.

MENEZES, Marcluci. *Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais*. Universidade Nova de Lisboa – Portugal, 2000.

NOGUEIRA, Aurélio A. Mendes; TRANJAN, Cristina Grafanassi. *Passeio virtual pela Lagoa Rodrigo de Freitas*. Virtual Heritage, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <<http://www.diretorio.ufrj.br/aurelionogueira/passeiovirtuallagoa/Lagoaindex.htm#>> Acesso em: 08/02/2017.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo, 1993.

ORTIZ, Renato. (Org.). *Sociologia*. Pierre Bourdieu. (1983b) São Paulo: Ática.

OTERO, Hernadèz Lorena. *Pescadores, paisagem e democracia na Lagoa Rodrigo de Freitas*. 2015. 131 f. Dissertação Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>> Acesso em: 01/12/2016.

SILVA, Lúcia. *História do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. E-papers, 2003.

Eletrônicos

1 - Pesca na lagoa – Jornal do Rio, da Band:

<http://noticias.band.uol.com.br/jornaldorio/video/2015/04/23/15450775/a-lagoa-rodrigo-de-freitas-e-fonte-de-renda-para-pescadores.html>

2 - Condições da água – RJTV 2ª edição da Rede Globo:

<http://globo.com/rede-globo/rjtv-2a-edicao/v/condicoes-da-lagoa-rodrigo-de-freitas-preocupam-pescadores/3532435/>

3 - Olimpíada ameaça colônia de pescadores em lagoa do Rio – TV UOL:

<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/05/09/olimpiada-ameaca-colonia-de-pescadores-em-lagoa-do-rio.htm>

4 - Seca, dragagem:

<https://www.youtube.com/watch?v=81A8Dlfx0Sk>

5 - Suspensão de obras para Jogos Olímpicos no entorno da lagoa:

<http://extra.globo.com/esporte/justica-federal-suspende-obras-olimpicas-na-lagoa-rodrigo-de-freitas-16792076.html>

6 - CBN – Retirada da Colônia da Lagoa Rodrigo de Freitas:

<http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2015/04/21/PESCADORES-DA-COLONIA-Z-13-SERAO-REMOVIDOS-DA-LAGOA-PARA-JOGOS-OLIMPICOS-DE-2016.htm>

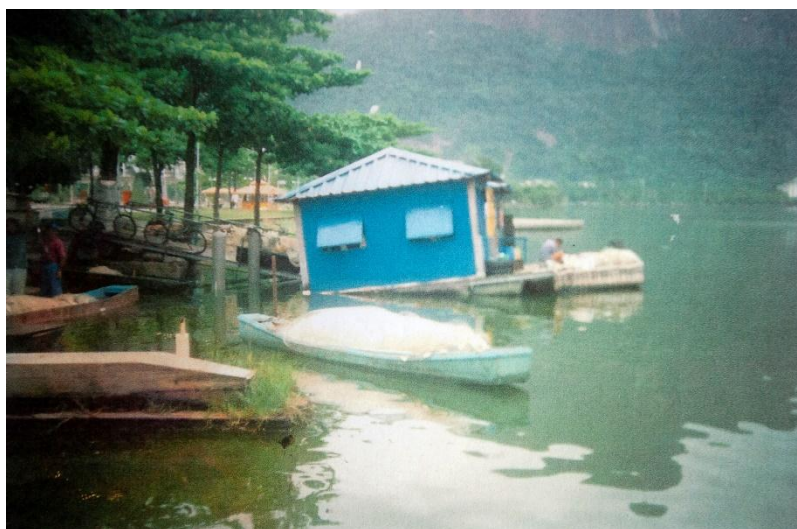
Anexos



Anexo 1. Panorâmica da Lagoa Rodrigo de Freitas – Foto: Jaqueline Machado



Anexo 2. Palafitas década de 1980 – Foto: reprodução arquivo Núcleo Lagoa



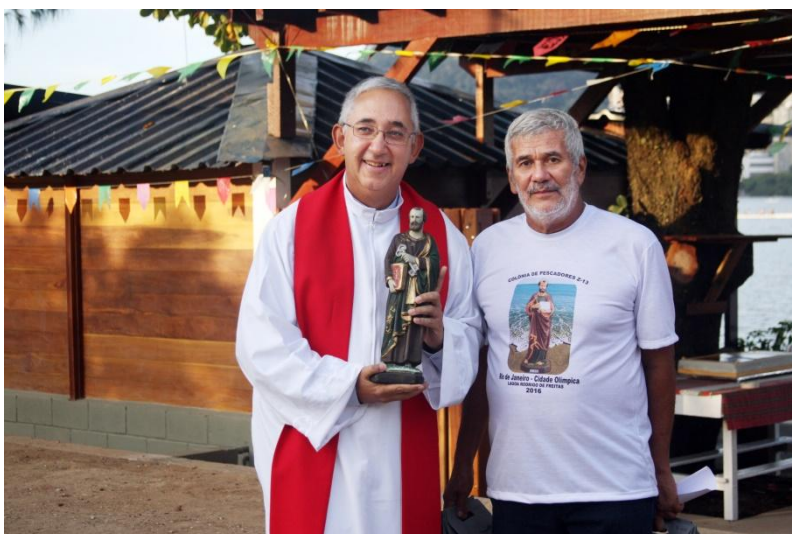
Anexo 3. Flutuantes afundando – Foto: reprodução arquivo Núcleo Lagoa



Anexo 4. Primeiras estruturas permanentes –
Foto: Jaqueline Machado



Anexo 5. Estruturas reformadas em 2016 –
Foto: Jaqueline Machado



Anexo 6. Pedro Marins e padre Alfredo Sampaio na festa de São Pedro de 2016 –
Foto: Jaqueline Machado



Anexo 7. Heitor Wegmann – Foto: Jaqueline Machado



Anexo 8. Tamar Bajgielman – Foto: Jaqueline Machado



Anexo 9. Material de pesca para ser benzido na festa de São Pedro de 2016 – Foto: Jaqueline Machado




Anexo 10. Paulo Marins. Além do pescado, a lagoa produz caranguejos – Foto: Jaqueline Machado




Anexo 11. São Pedro, doado pelo padre Alfredo Sampaio – Foto: Jaqueline Machado



Anexo 12. Marco da inauguração do Núcleo Lagoa – Foto: Jaqueline Machado

| | | |
|---|---|--------------------------------|
|  | Numero de ordem do socio <u>20079</u> | Nome <u>Manoel Marins</u> |
| | Matricula da C. do Porto <u>12092 de 67</u> <u>74141</u> | Filiação <u>Cláudio Marins</u> |
| | Data <u>30</u> | Idade <u>19 anos</u> |
| | Mez <u>Setembro</u> | Classe <u>1905</u> |
| | Anno <u>1924</u> | Escreve |

Anexo 13. Primeiros integrantes da família Marins, reprodução do livro de registro, arquivo Colônia de Pescadores Z13, ano 1924 – Foto: Jaqueline Machado

| | | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
|  | Numero de ordem do socio | Nome <u>Eurico José Marins</u> |
| | Matricula da C. do Porto <u>15600</u> | Filiação <u>bandido José Marins</u> |
| | Data <u>21</u> | Idade <u>18 anos 36-12-1912</u> |
| | Mez <u>Outubro</u> | Classe <u>1912</u> |
| | Anno <u>1931</u> | Escreve <u>Sim</u> |

Anexo 14. Primeiros integrantes da família Marins, reprodução do livro de registro, arquivo Colônia de Pescadores Z13, ano 1931 – Foto: Jaqueline Machado

| | | |
|---------|--|-----------------------------------|
| RETRATO | Numero de ordem do Socio <u>1174</u> | Nome <u>Miguel Alves Marins</u> |
| | Matricula da C. do Porto <u>70988 R.560 F.80</u> | Filiação <u>Caetano M. Marins</u> |
| | Data <u>15</u> | Idade <u>?</u> |
| | Mez <u>Abril</u> | Classe <u>?</u> |
| | Anno <u>1921</u> | Escreve <u>não</u> |

Anexo 15. Primeiros integrantes da família Marins, reprodução do livro de registro, arquivo Colônia de Pescadores Z13, ano 1921 – Foto: Jaqueline Machado